

ECONOMIA PORTUGUESA

Formação · Inovação · Exportação

Formação e inovação como fomento da exportação

Qualificação, diferenciação, qualidade, criatividade e inovação são fatores que concorrem para a criação de valor de produtos e serviços e contribuem para melhores resultados na sua exportação. O triângulo Formação - Inovação - Exportação afigura-se fundamental para a recuperação da indústria portuguesa e, por isso, fomos ao encontro de alguns dos principais intervenientes destas áreas.



PORTO
+351 228 349 750

RIACHOS
+351 249 248 563

VIANA DO CASTELO
+351 258 247 718

E-mail: jomatir@jomatir.pt

✓ **Exportação e Importação**
Export / Import

✓ **Carga Marítima, Aérea e Terrestre**
Sea Freight, Air Freight and Road Transport

✓ **Grupagens**
LCL - less-than-container load

✓ **Transporte Multimodal**
Multimodal Transport

✓ **Despachos Aduaneiros**
Customs Clearance

✓ **Seguros de Mercadorias**
Transport Insurance

✓ **Consultoria Aduaneira e Fiscal**
Customs and Excise Consulting



A importância da aprendizagem ao longo da vida enquanto motor de transformação da sociedade



ANTÓNIO VALADAS DA SILVA

PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETIVO DO INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, IP



Vivemos num mundo em constante mudança, profundamente marcado pelas chamadas transições para o digital e para o ecológico que transformarão as nossas vidas e as nossas sociedades aos mais diferentes níveis, nomeadamente na forma como interagimos, consumimos, comunicamos, estudamos e como organizamos e prestamos o trabalho. O desenvolvimento da economia circular, ganhará certamente um novo espaço e surgirá como eixo determinante numa nova relação entre o crescimento económico e o aumento do consumo de recursos, em que a reutilização, a recuperação e a renovação constituirão alguns dos princípios fundamentais.

Ora, os inúmeros e complexos desafios que hoje enfrentamos exigem assim respostas integradas e concertadas aos mais diferentes níveis de ação que incentivem o investimento e a adoção, por parte de todos os agentes económicos e sociais, de instrumentos e práticas inovadoras que contribuam para a criação de mais e de melhor emprego, e apostem em novos modelos de produção que incorporem as tecnologias associadas à digitalização e à economia verde, e consequentemente capacitem em permanência os trabalhadores com as competências e as qualificações necessárias ao mercado de trabalho.

Neste quadro, assume especial relevância a formação profissional e o desenvolvimento das qualificações com vista à adaptação e à capacitação da população ativa, empregada e desempregada, bem como das nossas empresas, neste processo da transição digital e de apoio ao desenvolvimento sustentável, por forma a promover o reforço das oportunidades e a melhoria da qualidade do emprego, e da competitividade da economia, sendo imprescindível continuar e reforçar a oferta de formação profissional adaptada à nova realidade das empresas e da indústria numa perspetiva de aprendizagem ao longo da vida (ALV).

Aliás, o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, recentemente objeto de um compromisso tripartido no âmbito da Cimeira do Porto, re-

“ Assume especial relevância a formação profissional e o desenvolvimento das qualificações com vista à adaptação e à capacitação da população ativa, empregada e desempregada.



conhece e sublinha claramente o direito de todas as pessoas a uma aprendizagem ao longo da vida inclusiva e de qualidade, que lhes permita manter e adquirir as competências necessárias para participar plenamente na sociedade e gerir com sucesso as transições no mercado de trabalho.

No entanto, e apesar da reconhecida importância da aprendizagem ao longo da vida enquanto instrumento fundamental de inserção socioprofissional e de adaptação às transformações sociais e económicas, subiste ainda por trilhar um longo caminho para que a ALV esteja enraizada na nossa vida coletiva e seja encarada com um investimento no desenvolvimento das competências dos nossos trabalhadores.

Com efeito, importa continuar a reforçar a aposta na permanente atualização e na apropriação de novos conhecimentos e desenvolvimento de novas competências por parte dos trabalhadores o que constituirá seguramente uma mais-valia para a competitividade e sustentabilidade das nossas empresas. Aliás a emergência da pandemia provocada pela COVID-19 veio acentuar, ainda mais, a necessidade da aprendizagem ao longo da vida, demonstrando que as novas tecnologias podem ser um aliado fundamental, quer para manter a atividade das empresas, quer para manter empregos, quer ainda para manter processos de (re) qualificação das pessoas.

O IEFP, I.P. no âmbito da prossecução das suas atribuições, para a promoção do desenvolvimento das políticas ativas de emprego, que potenciem as qualificações dos ativos, empregados e desempregados, não se poupará a esforços, como aliás sempre tem feito, em colaboração com as empresas no âmbito dos processos de transição digital e ecológica, para promover a igualdade de oportunidades, o acesso ao mercado de trabalho e, bem assim, o direito à formação ao longo da vida.

Neste contexto, recorde-se que o IEFP tem vindo a priorizar respostas de formação em tecnologias digitais dirigidas a pessoas em situação de desemprego através das diferentes tipologias de formação ou através respostas a necessidades específicas de empresas que participam diretamente no desenho de programas de (re)qualificação.

“ O IEFP tem vindo a priorizar respostas de formação em tecnologias digitais dirigidas a pessoas em situação de desemprego através das diferentes tipologias de formação

A um outro nível, e com a preocupação em acompanhar estas mudanças, encontra-se já definido um importante plano de investimentos para modernização da sua rede de serviços e/ou polos de formação profissional. Tais investimentos visam a aquisição de um vasto leque de equipamentos, laboratórios e recursos didáticos de suporte à qualificação de recursos humanos, em áreas como:

- das energias renováveis (produção de energia eólica, fotovoltaica e solar térmica);
- da eficiência energética (gestão energética em edifícios);
- da mobilidade elétrica (formação de técnicos para manutenção de veículos elétricos e híbridos)
- Captação, tratamento, armazenamento e distribuição de água potável
- Eletrónica e robótica
- Tecnologias Digitais.

Esta aposta na modernização da sua rede de Centros, visa reforçar, entre outros, a qualidade da formação que ministra, garantindo respostas adequadas às necessidades das empresas, e contribuindo deste modo para a melhorias dos níveis de qualificação das pessoas e para a competitividade da nossa economia.

Em jeito de conclusão, diria que são inquestionáveis as vantagens e a importância da formação profissional: no que respeita às pessoas traduz-se numa maior capacidade de acesso ao mercado de trabalho, de manutenção do emprego, de progressão profissional. Do lado das empresas estimula e promove processos de modernização, inovação, adaptação e, por conseguinte, reforça a sua própria sustentabilidade. ■■



O papel dos cursos profissionais nos resultados e evoluções

Avaliação coordenada por Luís Capucha, Rui Cruz Godinho, Catarina Pereira (ISCTE - IUL, IESE)

O Estudo de Avaliação do Contributo do PT2020 para a Promoção do Sucesso Educativo, Redução do Abandono Escolar Precoce (AEP) e Empregabilidade dos jovens para o POCH, adjudicado ao Consórcio IESE/ ISCTE-IUL/ PPLL Consult incidiu num conjunto de medidas e intervenções educativas cofinanciadas pelos Fundos Estruturais Europeus. Embora as evoluções registadas tenham em conta o contributo sistémico e interdependente das intervenções identificadas na tabela seguinte, o âmbito deste artigo recai sobretudo nos resultados síntese obtidos ao nível dos cursos profissionais.

Os Fundos Europeus têm contribuído de forma determinante para uma evolução positiva dos resultados educativos, e para uma trajetória de convergência com os padrões da UE, em matéria da qualificação da população, da redução da taxa de abandono escolar precoce, e ainda, na melhoria do sucesso educativo e do desempenho escolar. Em todo o caso, e apesar de correlacionados, alguns dos resultados são mais expressivos e céleres nuns domínios – onde se destaca o decréscimo do AEP –, e outros de concretização mais progressiva, enfrentando até dinâmicas estruturais mais difíceis de contornar, como é o caso dos resultados do sucesso educativo e do desempenho escolar ou do défice dos níveis da empregabilidade dos jovens.

O AEP tem tido uma evolução extraordinária e atinge em 2020 a meta de ficar abaixo de 10% (com 8,9%). Contudo mantendo-se a necessidade do reforço preventivo, pois mesmo com este resultado tão positivo, fica claro que a bolsa de AEP que tenderá a persistir, estará muita mais relacionada com as franjas da população escolar mais fragilizadas, mais atingidas pelo insucesso escolar, em risco de pobreza e de exclusão social.

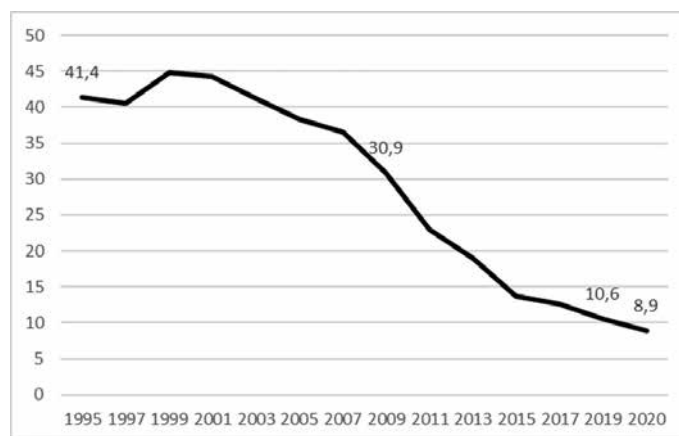
Um dos aspetos que viria a ser mais determinante, e até promotor desta viragem, foi a expansão dos Cursos Profissionais (CP) para as escolas públicas com oferta do ensino secundário, o que acontece em 2004/05. Por um lado, isto permitiu que mais alunos concluíssem o 9º ano (87%, em 2009) e o ensino secundário (quase 70% no 12º ano).

É importante referir que a diversificação da oferta que constitui o principal mecanismo de ajustamento da oferta escolar à diversidade de ambições, perfis e expectativas dos alunos, passou a

Mapeamento das medidas cofinanciadas objeto de Avaliação



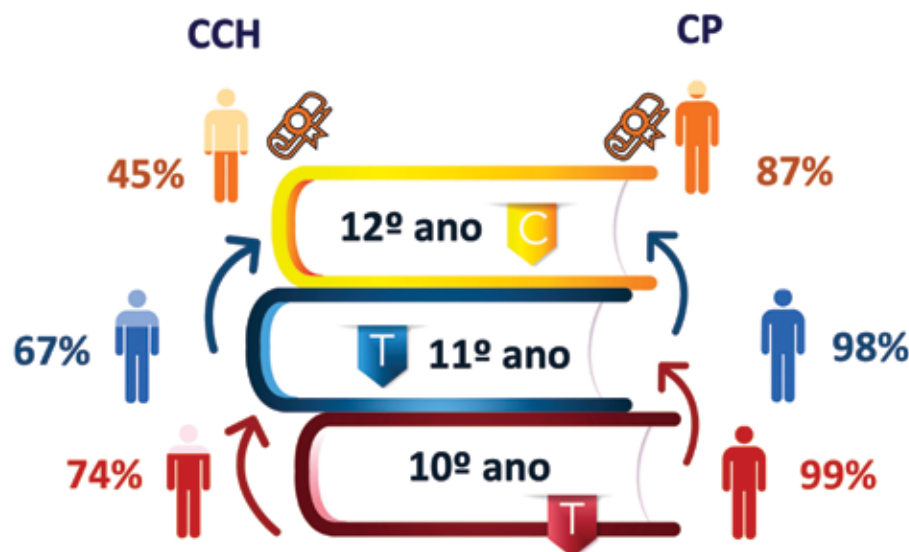
Gráfico 1. Evolução da taxa de AEP



Fonte: DGEEC (outubro, 2020).

ser uma realidade efetiva, sendo uma medida que responde diretamente ao problema do AEP. Neste sentido, a avaliação Contrafactual dos impactos da participação num curso profissional permitiu concluir que existe um efeito líquido da frequência do curso profissional para uma melhoria do sucesso escolar. Pelo seu valor como opção educativa, nomeadamente por permitir simultaneamente a conclusão do secundário e a obtenção de uma qualificação profissional reconhecida no mercado, os cursos profissionais (e do sis-

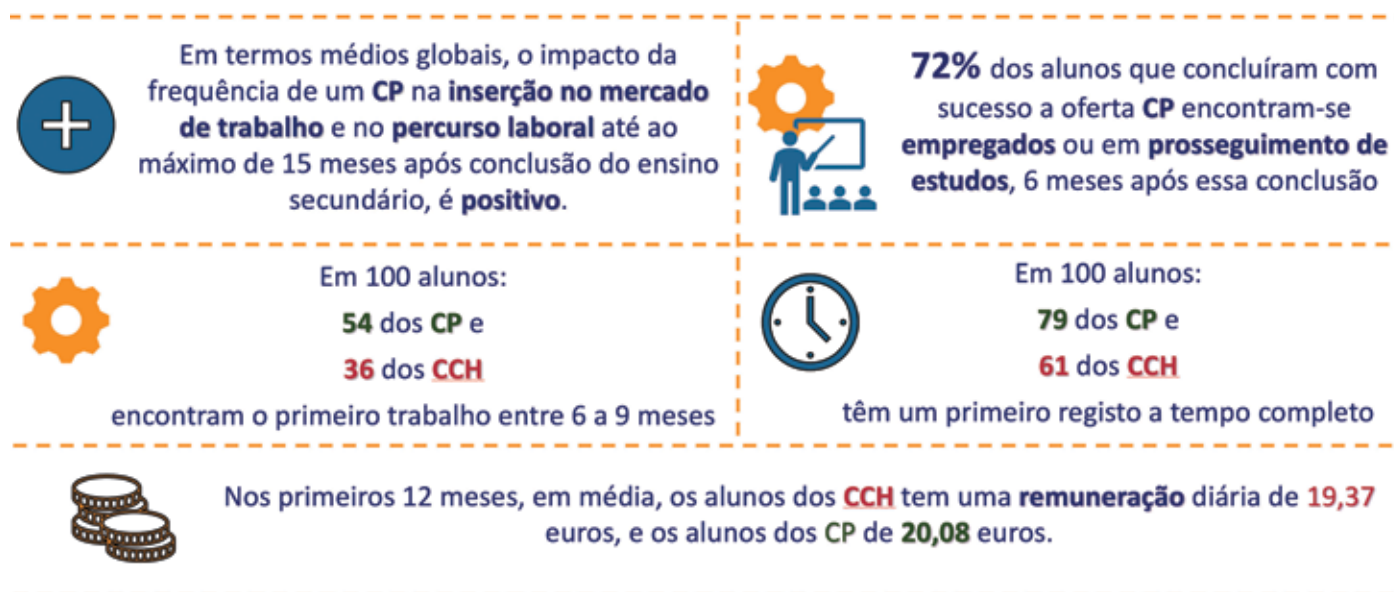
Figura 1. Comparação da transição dos alunos dos Cursos Científico Humanísticos (CCH) e Cursos Profissionais (CP) entre os anos curriculares



tema de aprendizagem) são o fator explicativo principal da redução do abandono escolar precoce.

Por outro lado, o exercício Contrafactual confirma que os CP têm um desempenho melhor do que os cursos CCH também na área da empregabilidade. Os trabalhadores que frequentaram um curso profissional são mais beneficiados nos indicadores que medem a inserção no mercado de trabalho, ou seja, o tempo decorrido até encontrar o primeiro trabalho e o tipo de vínculo a tempo completo. O contacto não apenas com a prática simulada, mas com o mercado de trabalho e os contextos reais de trabalho que a estrutura

fraestruturas modernas; (ii) a articulação entre as escolas e os empregadores; (iii) a obrigatoriedade de todas as escolas secundárias públicas oferecerem cursos profissionais, de forma a ultrapassar a clivagem simbólica que precede a fragmentação social; (iv) valorização da imagem da Escola e das vias vocacionais e combate ao preconceito e representações sociais negativas associadas às ofertas profissionalizantes e (v) generalizar os serviços de psicologia e orientação nas escolas e incidir estes recursos no apoio às famílias e aos jovens na escolha mais informada sobre os percursos académicos. ||



1. A Avaliação apoiou-se numa abordagem metodológica multimétodo que foi construída a partir de um enunciado teórico robusto. Entre outros, contam-se como principais procedimentos: 3 inquirições extensivas a entidades beneficiárias de algumas das medidas em avaliação, um exercício de análise contrafactual, a exploração de bases de dados da segurança social da educação e dos sistemas de informação do POCH e PO Regionais, entrevistas a stakeholders-chave, um conjunto de Estudos de caso, períodos de discussão em equipa e workshops alargados às entidades de acompanhamento.

2. Comparação entre os resultados ao nível do sucesso e abandono escolar, da empregabilidade e do prosseguimento de estudos após o ensino secundário, entre os diplomados de CP financiadas e os diplomados dos cursos científico humanísticos (CCH).

Que estratégias para a educação digital?



JOSÉ FONSECA DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PROJETOS DO CENFIM

Porque a (re)qualificação, como a inovação, e ao contrário da investigação, se incrementa a partir da base e em contextos abertos?

Vivemos uma janela de oportunidade única para a transição digital e com isso instigando também à reflexão sobre os processos de requalificação e na forma como estes melhor podem servir a este salto de competências da sociedade em geral e em particular das empresas e dos seus profissionais.

As orientações e linhas de reforço que sobrevivem dos programas europeus para a educação digital. A aprendizagem, ainda que forçada, pelos períodos de confinamento que o surto epidémico nos impôs e que empurrou toda a população mundial para os ambientes remotos suportados em tecnologias digitais. O apelo para que as entidades de formação acompanhem e apoiem a transformação digital que hoje vai ocorrendo no planisfério empresarial. Tudo isto conforma uma oportunidade única para um salto qualitativo dos modelos e programas de aprendizagem.

Ou não. Se nos remetermos aos caminhos mais fáceis, que quase sempre resultam em investimentos tangíveis em detrimento de mudanças estruturais. Se as entidades de formação se resumirem apaticamente a injetar computadores para dentro das salas de aula, sem aproveitar esta ocasião para se arriscar a uma mudança de paradigma, tudo continuará na mesma. A tecnologia (digital), sendo aqui o mote, continuará a ser apenas instrumental. Isto significa que o investimento, só por si, nada de substancial alterará. É fundamental que esta janela nos permita olhar todo o processo e sobre o mesmo refletir sobre o que pode e tem efetivamente que motivar para a mudança.

E sejamos francos, na educação e formação, pensar na mudança é no mínimo trazê-la para o século XXI. Que seja a tecnologia digital a obrigar-nos a isso, mas que não desperdicemos a oportunidade para tal. Pensar a educação digital deve apontar para os territórios a montante e a jusante da aprendizagem, seja, dizer-se, empreender mudanças paradigmáticas na forma como encaramos a formação no seu desenho, e qualificar os espaços onde esta se operacionaliza, com especial enfoque nos Formadores e nos recursos de aprendizagem (que cada vez assumem um papel mais importante quando se fala da recentragem da formação no aprendiz) para se requalificarem e inovarem.

Sem abordagens que se distanciem da visão clássica e sem métodos didáticos que se afastem do tradicional manual 'textualizado' e da pedagogia centrada no formador, falar de educação digital é apenas despejar computadores numa sala de aula. Regressemos então aos 'gatilhos' desta mudança. Como podem as entidades de formação potenciar a educação digital para um salto qualita-

tivo na aprendizagem, aproximando-a do que é hoje a sociedade; de que forma devem estas organizações preparar-se para prover às necessidades de qualificação e competências profissionais das empresas que investem na inovação dos seus processos e tecnologias, mormente por via da transformação digital.

Começando pela Educação digital. Ao invés de se pensar que o digital deve promover novos perfis profissionais, criando um fosso entre as profissões ditas tradicionais e as 'novas' profissões, é fundamental uma abordagem eclética, o mais transversal possível. E aqui, a melhor estratégia para chegar a todos aqueles que investem nas suas qualificações profissionais, dotando-os de competências digitais fundamentais, passará provavelmente por os fazer habitar ambientes de aprendizagem, eles sim baseados em ecossistemas digitais.

Naturalmente que este não é o caminho mais fácil. Implica um forte investimento em diversas camadas tecnológicas, desde o hardware de acesso até às plataformas de partilha de conteúdos na 'nuvem' e aos sistemas e subsistemas de conectividade que definitivamente dissolverão as paredes da sala de aula, mas sobretudo obrigará a que nós, formadores, saíamos da nossa área de conforto. Os nativos digitais são os nossos formandos, os jovens que iniciam a sua qualificação profissional connosco; quem precisa verdadeiramente de se requalificar, em primeiro lugar, somos nós, os seus Formadores! Integrar as novas pedagogias que este manancial didático que é trazido pelos recursos digitais permite, adquirir capacidades técnicas para a produção da didática digital, que hoje não se confina já aos especialistas de 'html' e da produção de 'scorm's, tem de fazer parte deste novo perfil do formador. Começemos por isso por nós, se não quisermos continuar a fazer como sempre fizemos, com dolo para os nossos formandos, os futuros profissionais das empresas que procuramos servir.

E porque não há espaço para mais, acabando na Educação digital. Se as organizações de formação forem capazes de investir neste caminho, reforçando na base da pirâmide de competências as habilidades digitais de todos os profissionais, requalificando-os com estas novas competências, darão provavelmente um apoio mais amplo às empresas, no seu caminho para a transformação digital, do que se forem desenhados novos perfis profissionais, pujantes de competências digitais, mas em quantidades cirúrgicas, e que nunca conseguirão movimentar a massa crítica do potencial humano das empresas nos novos processos que estas estão a empreender. ||



Cursos Profissionais 2021

FORMAÇÃO para EMPRESAS e ADULTOS

- **FM - Formação Modular Certificada**
Ações curta duração | Ciclos de formação
- **EFA - Cursos de Educação e Formação de Adultos**
- **RVCC - Profissional e Dupla Certificação**
- **FME - Formação à Medida para Empresas**



Agora também com recurso a Formação a Distância

FORMAÇÃO de JOVENS e ADULTOS

CET - Cursos de Especialização Tecnológica

Nível 5 - Protocolos com diversos Estabelecimentos do Ensino Superior com a atribuição de créditos (ECTS)

APZ - Cursos de APRENDIZAGEM

Nível 4 - Confere o 12º Ano + Qualificação Profissional



Possibilidade de
ESTÁGIOS NA EUROPA

Apoios Sociais

- Bolsa de Formação
- Subsídio de Alimentação e Transporte



www.cenfim.pt



www.facebook.com/cenfim.pt



NÚCLEOS em: ■ Amarante ■ Arcos de Valdevez ■ Caldas da Rainha ■ Ermesinde ■ Lisboa ■ Marinha Grande
■ Oliveira de Azeméis ■ Peniche ■ Porto ■ Santarém ■ Sines ■ Torres Vedras ■ Trofa

SEDE : Rua do Açúcar, 88 . 1950-010 LISBOA . Telef.: 21 861 01 50 . Fax: 21 868 49 79 . Site: www.cenfim.pt . E-mail: dir@cenfim.pt
ZONA NORTE: Rua Conde da Covilhã, Nº1400 . 4100-187 PORTO . Apartado 8006 . 4109-601 PORTO . Telef.: 22 618 21 64/77 . Fax: 22 618 95 96



INSTITUTO DO EMPREGO
E FORMAÇÃO PROFISSIONAL



ASSOCIAÇÃO DE INDÚSTRIAS METALÚRGICAS,
METALMECÂNICAS E AFINS DE PORTUGAL



ANEME
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS
METALÚRGICAS E METALOMECÂNICAS

Nem 8, nem 80



VITOR DIAS DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE FORMAÇÃO DO CENFIM

Hoje, é um lugar comum que, a Qualificação Profissional é (uma das) chave(s) para o progresso, quase da mesma forma que hoje sabemos que os vegetais são um elemento importante para uma saúde equilibrada.

Felizmente os vegetais, já são uma parte assumida na dieta nacional, mas, infelizmente, a Formação ou Aprendizagem (ao longo da vida), ainda não.

A questão é saber porquê?

Aprendeu-se que, uma das formas para que os vegetais fossem melhor aceites na alimentação, foi introduzi-los, desde do princípio, na dieta alimentar das crianças e não apenas na sua puberdade ou na vida adulta.

Com base neste bom exemplo, não se pode ter a pretensão que o adulto perceba as mais valias da Aprendizagem ao longo da vida, só quando é adulto, até porque o conceito “ao longo da vida”, não começa na vida adulta/profissional, mas sim em tenra idade.

Isto significa que temos um longo caminho a percorrer, regredindo na idade da introdução do conceito, mas, progredindo na forma da introdução desse mesmo conceito.

Regredindo na idade, i.e., dignificando o próprio conceito, educando educandos e educadores, professores e orientadores, “opinadores” e decisores, relevando (e não faltam evidências e registos) que a Formação Profissional não é uma escolha menor no universo do sistema de Educação e Formação Profissional, antes sim uma opção de valor acrescentado, válida como 1ª opção, com relevantes mais-valias, seja para o mercado imediato, seja para o prosseguimento de estudos, tornando-se assim uma potencial indutora da desejada formação ao longo de vida, nem que seja pelo simples facto do vocábulo formação já estar impregnado no seu percurso formativo e, sabemos que, o que se conhece, não se teme...antes sim, reconhece-se!

Como referido, se por um lado é necessário regredir na idade, é também necessário, e em simultâneo, progredir na forma de introduzir o conceito da Aprendizagem ao Longo da Vida.

Se há mil e uma formas de cozinhar bacalhau, não poderá haver muitas formas de ministrar formação?

Se há comensais que adoram jantaradas de grupo, outros há que preferem jantares mais intimistas de pequenos grupos ou mesmo momentos individuais, em que se desfruta a refeição como e quando mais lhes aprouver.

Se há os que preferem o prato do dia, outros preferem a escolha de menu.

Daqui se depreende, que também na Formação Profissional, não pode haver só um modelo, é forçoso haver modelos, e refiro-me,

não aos conteúdos (fáceis de construir) mas sim às metodologias, essas sim, mais difíceis de criar, quiçá por isso, são poucos os restaurantes que merecem as estrelas Michelin, porque fazer diferente é muito exigente.

É, pois, importante mudar as estratégias e metodologias de formação!

São várias as estratégias possíveis e passíveis de melhores resultados.

Nós temos um modelo.

O modelo OPA: O de Orientador; P de Protagonista e A de Aprendizagem, através do qual se pretende instigar a evolução pedagógica em 3 eixos conexos, ou seja, como progredir de: i) De Formador a Orientador, no qual o Formador deixa de ser a fonte de saber e passa a ser um Orientador no apoio da busca do saber ii) De Formando passivo a Protagonista, no qual o Formando perde a postura de mero assistente e ganha o estatuto de Protagonista na sua aprendizagem aos seu ritmo e com foco nos seus interesses e iii) Do ensino para a Aprendizagem, no qual, o referido Formando Protagonista, mais do que passivamente aguardar que lhe ensinem, assume uma postura proativa na busca da (auto) Aprendizagem.

O Modelo OPA, visa oferecer uma formação mais célere e orientada para as necessidades do mercado, sustentada por uma oferta FAQ: Flexível, Autónoma e Qualificante isto é, flexível na progressão, autónoma nas aprendizagens e qualificante para o mercado e por consequência, garante da integração social. O modelo OPA tem por fundamento operacional a Formação assente em Resultados de Aprendizagem.

E quando nos referimos a resultados de aprendizagem, estamos a abordar a formação com foco nas competências, por oposição ao modelo de ensino com foco nos conteúdos.

Este é o modelo com o qual queremos continuar a progredir, no domínio da formação profissional diferenciadora, mas, o desafio é tremendo.

Mais tremendo é, quando a meta que integra o plano de ação sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, apresentado pela Comissão Europeia em março, pretende garantir que 60% dos adultos participem, anualmente, em ações de formações, até 2030.

Quando sabemos que em Portugal, os adultos que participam anualmente em ações de formação representam cerca de 10%, e que, de 2014 a 2020, tiveram uma progressão acumulada de 1%, sentimos o esforço hercúleo que vamos, todos (operadores, empresas e trabalhadores) necessitar de investir para evoluir/crescer, a uma média de 6% ao ano, o que nos leva dos 6 aos 60, razão do título deste artigo. ||



www.poch.portugal2020.pt

Visite a **e·volui** | mostra de educação e formação do PO CH,
a partir de 30 de maio, em **www.e-volui.pt**



APRESENTA

e·volui

Assista ao evento de
lançamento na plataforma
15 de junho • 10 h

Inclui Webinar com o tema
"Competências para o Futuro" e a participação
do humorista **Guilherme Duarte**



Aceda aqui ao
programa do evento

Média Partner
DN
Diário de Notícias

Resultados do PO CH a 31 de março de 2021

Através do **Fundo Social Europeu (FSE)** o PO CH investe na qualificação dos jovens e adultos.

4 132
milhões de euros
de Investimento
FSE + recursos
nacionais

Taxa de
Execução
73%

Mais de
830 mil
pessoas
apoiadas

* Valor do fundo executado/valor da dotação de fundo programada.



Lista de Candidaturas Aprovadas em:
www.poch.portugal2020.pt

A publicação da lista de candidaturas aprovadas, enquanto medida de transparência e publicidade destinada ao público em geral, é uma das competências da Autoridade de Gestão do Programa Operacional Capital Humano.

Inovação e desafios



DORA GONÇALO APCER EDUCATION & TRAINING UNIT LEADER

AAPCER Education & Training foi criada, em 2010, com o principal objetivo de ajudar profissionais e organizações a capacitar os seus talentos na área da certificação de sistemas de gestão. O inquestionável *know-how* nesta matéria, associado às competências técnicas e pedagógicas da equipa interna e de formadores possibilitou o desenvolvimento de uma oferta de formação profissional de qualidade e consistentemente alinhada com as necessidades exigidas pela implementação, certificação e melhoria contínua de sistemas de gestão.

Ao longo desta década de atuação, a estratégia da APCER, suportada por um foco permanente na inovação, tem permitido enriquecer a oferta formativa em estreita ligação com as tendências de negócio e mercado, explorando diversas áreas temáticas de interesse, nomeadamente, Agrifood, Certification, Climate Change, Forest, IT Security e Supply Chain.

Estes domínios de intervenção integram programas de formação altamente especializados, em percursos de aprendizagem multidisciplinares e/ou setoriais, muito práticos, que conferem conhecimentos estruturantes, bem como o reconhecimento de qualificações e competências profissionais, com especial destaque para a certificação de pessoas e auditores. É, por exemplo, o caso das Especializações Avançadas em “Gestão e Auditorias de Sistemas de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho”, “Gestão Integrada da Segurança da Informação e “Qualificação do Encarregado de Proteção de Dados - EPD (DPO)”, entre outras.

Inevitavelmente, toda esta dinâmica muito orientada para a aplicação prática em contextos empresariais contribuiu para a atratividade e robustez da oferta, potenciando também a credibilidade da vertente de Formação *Incompany*. Neste domínio, a APCER procura ter “a solução” para cada pedido específico, refinando o nível de customização dos cursos disponibilizados nos locais de trabalho dos clientes. Por reconhecer a singularidade das organizações, cada solicitação é sempre encarada como um novo desafio para criar soluções que incrementem, de forma eficaz, aprendizagens individuais e de equipas e níveis de desempenho das organizações. Em qualquer vertente de atuação, o foco é o de garantir a qualidade e consistência dos cursos disponibilizados nas diversas modalidades (formação presencial, formação à distância ou modelo híbrido) e horários de interesse (laboral, pós laboral e misto).

A APCER apoia também a dinamização e consolidação da estratégia de internacionalização dos seus clientes, adaptando a oferta e conteúdos formativos às especificidades dos mercados em que



intervenham, o que tem vindo a acontecer, por exemplo, nos mercados do Brasil, Espanha e EMEA.

Num mundo em mudança, exigindo agilidade na atualização e *reskilling* de conhecimentos e competências, a APCER Education & Training reconhece a importância de promover a distinção e resultado prático da aprendizagem com os incrementos de qualidade, especialização e inovação que pessoas e organizações necessitam para atingir desempenhos adequados. Pretende prosseguir a sua aposta ambiciosa no treino na qualificação das competências do tecido empresarial português, respondendo prontamente a necessidades emergentes dos interessados nestas matérias, independentemente dos seus contextos organizacionais ou externos. A este propósito, destacamos a resposta rápida à gestão da pandemia, com a abordagem formativa sobre a solução COVID Safe, ou mesmo na adaptação ao teletrabalho com uma vasta oferta formativa em *soft skills*, já consolidada, onde se destacam, por exemplo, as áreas de organização do trabalho, liderança e gestão de equipas virtuais.

Os profissionais e organizações podem assim encontrar na APCER a formação de referência nos segmentos clássicos da certificação de sistemas de gestão, produtos e serviços, mas também a resposta para os desafios da resiliência e recuperação empresariais, abrangendo dimensões como a inovação, a transição climática e a transformação digital e a proposta de soluções formativas eficazes para setores de atividade específicos, como é o caso da fileira alimentar ou das florestas. ||

»»» POLÍTICAS EDUCATIVAS COFINANCIADAS EM PORTUGAL

Formação e qualificação: uma chave para o progresso



MÁRIO CEITIL PRESIDENTE DA APG-ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE GESTÃO DAS PESSOAS



Hoje, mais do que nunca, a obsolescência do conhecimento tornou-se uma realidade quase quotidiana. A consequência? É que, ao contrário do que acontecia há bastante tempo atrás (alguns até dirão infelizmente...) onde habitávamos um mundo organizacional (e não só) em que imperava o princípio da linearidade, o mundo de hoje é caracterizado pela instabilidade, pela impossibilidade da certeza e pelo ferrete da dúvida. É justamente a esse “mundo novo” que nos temos vindo a referir quando citamos o famoso e muito conhecido acrónimo de VUCA.

Ao contrário desse mundo inspirado no princípio da linearidade, bem espelhado em vários modelos usados na Gestão da Qualidade como, por exemplo, os Diagramas de Ishikawa e as Árvores de Causas, com o auxílio dos quais fazíamos a tentativa (sempre limitada e muitas vezes ilusória) de encontrar o “graal” da Causa, para, sobre ele, construirmos cenários de planeamento ainda inspirados na ilusão mítica do “one best way”, o verdadeiro diferenciador competitivo para as empresas deixou há muito de ser, como postulava o modelo neoliberal de Michael Porter, a “diferenciação pela qualidade”, dando lugar a algo mais volátil, incerto, complexo e ambíguo (VUCA, em suma): a criatividade e a inovação.

Nessa decorrência, os profissionais, tanto gestores, como líderes, como colaboradores aos mais diversos níveis, são desafiados a desenvolver não só “novas competências”, mas, sobretudo “competência de um tipo novo”, justamente para que as pessoas possam “persistir e prevalecer”, de acordo com a perspetiva do neurocientista António Damásio, num outro universo, que nos confronta quotidianamente com o que de melhor, mas também com o que de pior existe em nós.

É neste novo contexto, mais complexo ainda do que aquele que é caracterizado no tal Mundo VUCA, que surge um outro conceito, desta vez consubstanciado num novo acrónimo, BANI (Brittle, Anxious, Non Linear, Incompreensible) introduzido por Jamais Cascio que em tradução portuguesa dará qualquer coisa como “Frágil, Ansioso, Não Linear e Incompreensível”. Como se torna evidente pelo próprio enunciado das palavras que o compõem, este acrónimo pretende caracterizar uma realidade ainda mais complexa e, mesmo, “incompreensível”, que coloca desafios de um elevado nível de complexidade a todos aqueles que dirigem empresas, lideram equipas e que enfrentam quotidianamente situações novas e inesperadas. Para garantir respostas de elevada eficácia para a resolução dessas novas situações, não basta recorrer à “escola da experiência”. É preciso mais, muito mais, de algo que dá por um nome que tanto se banalizou pelo senso comum, mas que ainda não se converteu de facto em prática comum: aprender, aprender e ainda aprender. Por isso, é fundamental apostar não só no aperfeiçoamento das competências já existentes (upskilling) mas, sobretudo, no desenvolvimento de novas competências (reskilling), que constituem as áreas de investimento com maior potencial de retorno futuro. Recordemo-nos dessa “verdade feita”, mas incontornável, de que as pessoas são (ou, pelo menos podem tornar-se) o maior “ativo” das organizações. Mas isso exige investimento “inteligente” por parte das empresas; e exige, sobretudo, da parte das pessoas, uma resignificação profunda dos seus paradigmas e modelos mentais em relação à atividade profissional, para que o campo de desenvolvimento das empresas se torne também uma parte essencial do seu próprio campo de desenvolvimento como pessoas. ||

Qualificação e formação nos laboratórios portugueses

A RELACRE foi criada em 9 de maio de 1991, acompanhando o movimento europeu de desenvolvimento do Mercado Único e impulsionada pela criação de Laboratórios com ensaios acreditados, constituindo-se como uma rede fundamental para se promover o reconhecimento mútuo, elemento essencial para contrariar as barreiras comerciais. Esta oportunidade permitiu estabelecer uma rede nacional de Laboratórios Acreditados, orientada para o reconhecimento das competências nacionais e a valorização da estrutura do Sistema Português da Qualidade (hoje, Infraestrutura da Qualidade), sustentada pelos pilares da Qualidade, designadamente, a Metrologia, a Normalização, a Acreditação e a Certificação.

Ao longo de 30 anos de atuação, comemorados este ano, a RELACRE tem desempenhado um papel importante no desenvolvimento e na consolidação do conhecimento técnico e científico que constitui um elemento chave para o sucesso dos laboratórios nacionais acreditados, os quais têm uma crescente importância na Sociedade ao assegurarem a qualidade e a segurança de materiais, produtos e serviços nos contextos mais diversos da economia (Saúde, Energia, Agricultura e Alimentação, Construção e Património construído, Farmacêutica e Clínica, Biomédica e Ciências Forenses, Metrologia, entre outras).

A RELACRE tem tido um elevado impacto na sua ação que engloba diversas vertentes de assessoria, consultoria, formação especializada e avançada, bem como, na criação de competências e qualificação dos elementos que constituem os laboratórios, destacando-se nesse contexto as comissões técnicas e redes de sinergias que, ao longo dos anos, têm promovido o diálogo e o crescimento do Setor TIC (Testing, Inspection and Certification), o qual é considerado preponderante para o comércio internacional nas suas múltiplas facetas, incluindo as práticas justas de concorrência no mercado global e o combate à criação de barreiras comerciais, bem como, constituindo um suporte fundamental para o enquadramento da regulação e governação.

A vertente associativa tem particular expressão nas Comissões Setoriais, onde se promove a cooperação entre Associados, criando sinergias e promovendo a disseminação do conhecimento. As áreas de atuação são: Acústica e Vibrações; Águas; Alimentos; Análises Clínicas e Genética Humana; Ar ambiente; Emissões Gasosas; Garantia da Qualidade nos Laboratórios; Metrologia; Materiais de Construção; e Fórum END (Ensaio Não Destrutivo). Um dos contributos chave para a comunidade de laboratórios são os diversos guias e publicações técnicas que existem desde os anos 1990.

A realização de Eventos nacionais e internacionais tem sido outro vetor importante destinado a promover a partilha de conhecimento. Esta área de atividade teve início logo após a sua criação e, desde então, foi crescendo quer na diversidade de eventos (simpósios, seminários, workshops, conferências) quer no crescente interesse na participação e na visibilidade. Atualmente, a RELACRE está em adaptação ao modelo digital, começando a ter uma experiência rele-

vante neste processo. Nos seus 30 anos de existência, a RELACRE organizou mais de 200 eventos com a participação de mais de 12 500 participantes, promovendo a disseminação de conhecimento, a capacitação e a interação com os Associados, bem como, com a Comunidade Científica e Técnica e os Órgãos de Gestão.

A área de Formação criada em 1992 tem tido um elevado contributo para a criação e consolidação de competências e conhecimento na Sociedade, cuja excelência é reconhecida pela certificação DGERT. Sendo essencial o seu papel para a Comunidade de Laboratórios, a RELACRE tem um portfólio de serviços diversificado, desenvolvido em conjunto com os seus Associados, tendo realizado até 2020 mais de 2 000 ações que envolveram mais de 22 000 formandos. As áreas de maior destaque são: Acústica e Vibrações; Águas; Alimentar; Ambiente; Biologia Molecular; Ensaio Não Destrutivo; Estatística; Gestão e Qualidade; Incertezas de Medição; Informática; Metrologia, Calibração e Métodos; Microbiologia; Química e Técnicas Instrumentais; Saúde; e Segurança. Esta área conjuga-se com a área de Assessoria e Consultoria Técnica, cujo suporte foi prestado a cerca de 500 entidades do Setor TIC.

A participação em Ensaio de Aptidão (EAp) é um dos instrumentos que os Laboratórios procuram para evidenciar perante os clientes a sua competência e a capacidade de manutenção de uma qualidade de nível elevado. Neste sentido, a RELACRE iniciou esta área de atividade em 1994, tendo desenvolvido cerca de 1 000 ensaios desta natureza com cerca de 13 000 participações, sendo atualmente um dos pilares da acreditação em Portugal.

Em 1999, visando promover a melhoria do desempenho dos laboratórios, a RELACRE constituiu um Organismo de Certificação de Pessoas e iniciou a atividade de certificação de Técnicos de Análise de Águas e Efluentes. Pouco tempo depois, aproveitando a estrutura criada, o âmbito de certificação foi alargado aos Técnicos de Ensaio Não Destrutivo, tendo sido realizados os primeiros exames em 2001. A 6 de março de 2003, a acreditação foi concedida pelo Instituto Português da Qualidade (IPQ) para os seguintes âmbitos: Técnicos de Análise de Águas e Efluentes; Técnicos de Ensaio Não Destrutivo; Auditores de Laboratório; e posteriormente de Técnicos de Análise de Alimentos. Em 2005, a RELACRE fez a transição para a norma NP EN ISO/IEC 17024 e, em 2009, desenvolveu novos esquemas de certificação acreditados pelo IPAC: Técnicos de Segurança Alimentar; Auditores de Segurança Alimentar; e Técnicos de Colheita de Amostras de Água destinada ao Consumo Humano.

Para a comunidade de Laboratórios e para a RELACRE enquanto rede de cooperação e de desenvolvimento de competências, são inúmeros os desafios que esta nova realidade representa e que constituem os alicerces de um novo perfil de sociedade emergente. Nesta realidade, porém, continuarão a existir pilares essenciais para o sucesso dos Laboratórios, acreditando-se que a formação e qualificação continuarão a ser fundamentais para o desenvolvimento económico e social. ■■



www.relacre.pt



»»» ACADEMIA DAS ÁGUAS LIVRES DA EPAL

Formação no setor da água e ambiente



A Academia das Águas Livres (AAL) foi criada pela EPAL em 2013, com o objetivo de responder à falta de oferta do mercado para as necessidades de formação específica do setor da água e do ambiente. Desde então, a AAL tem vindo a desempenhar um papel crucial enquanto centro de produção de conhecimentos e de partilha do elevado know-how da EPAL acumulado ao longo dos mais de 150 anos de atividade, com universidades, instituições e outras empresas do setor público e privado.

A sua oferta formativa está muito orientada para a área ambiental mas também para as qualificações técnicas e pessoais dos seus trabalhadores, do grupo empresarial ADP e do sector oferecendo, atualmente, um total de 59 cursos, agrupados em 4 tipologias, consoante a sua natureza e o público-alvo da formação: profissional; avançada; técnica especializada e formação geral.

Anualmente a Academia atualiza o plano de formação, disponível em www.epal.pt, bem como desenvolve ações de formação à medida, consoante as necessidades das entidades do setor.

O corpo de formadores da Academia compreende Formadores independentes, Universidades e uma bolsa de formadores interna, que inclui quadros da EPAL e de outras empresas do Grupo AdP, certificados e reconhecidos pela sua experiência nas várias temáticas do Setor da Água e do Ambiente. A Academia está certificada pela DGERT, desde 2013.

Um dos propósitos da AAL é acompanhar e suportar em termos de conhecimento a estratégia de desenvolvimento e inovação da EPAL sempre focada na sustentabilidade ambiental. A empresa tem em curso, um grande projeto de neutralidade energética que prevê a sua autossustentabilidade energética até 2030. Assim, em complementaridade, e em paralelo, a Academia reforçou, em 2019, a oferta formativa com o Programa Avançado de Energias Renováveis no Setor da Água (PERSA), cujo grande objetivo foi agregar e compatibilizar num só programa, as tecnologias de pro-

dução, transporte e armazenamento de energia renovável já que, em Portugal, um dos principais custos do setor da água é o custo energético. Em 2020, para responder à grande procura que o tema motivou, lançamos a 2ª edição deste curso.

Outro exemplo é o curso de "Valorização Agrícola de Lamas de ETAR" que teve a sua primeira edição em março de 2021, em parceria com a Escola Superior Agrária de Coimbra, com o objetivo de proporcionar o acesso à certificação de Técnico Responsável de Valorização de Lamas (certificado pela DGADR). Esta formação permite que os técnicos do Grupo AdP detenham o conhecimento necessário ao desenvolvimento de Planos de Lamas e possam contribuir para que este "resíduo" evolua na cadeia de valor, transformando-o em produto transacionável e integrável em outras atividades económicas numa lógica de circularidade dos ciclos e cadeias produtivas, da economia sustentável e do combate às alterações climáticas. De referir, também, a Pós-Graduação em Tecnologias e Gestão da Água que visa proporcionar o desenvolvimento sistemático de competências técnicas e de gestão, a quadros licenciados, orientadas para a criação de valor no setor da Água. Esta Pós-Graduação é um programa de caráter intensivo com uma estrutura inovadora que agrega uma componente eminentemente técnica com uma componente de gestão orientada para a visão estratégica do setor e para o desenvolvimento de capacidades avançadas de liderança e de criação de valor. Em 2020 iniciámos a sua 5ª edição. Apesar de sermos uma academia recente, a formação é uma área dinâmica que ao longo destes anos tem vindo a progredir e a reinventar-se continuamente. O futuro será marcado pelo crescimento da oferta formativa que pretendemos disponibilizar no mercado, como também pelo investimento, em novos meios tecnológicos para aprendizagem, que nos permitirão abranger um maior número de formandos, através do ensino em *e-learning* e *b-learning*. ■



EPAL | Academia das Águas Livres

A formação de excelência no Setor da Água e do Ambiente



Certificada pela DGERT disponibiliza uma vasta oferta formativa em nove áreas de educação/formação



Instituto de Formação Vulcano



ISMAEL LEITE RESPONSÁVEL PELO DEPARTAMENTO DE FORMAÇÃO



O Instituto de Formação Vulcano (IFV), surge para dar resposta às necessidades muito específicas do setor da Água Quente Sanitária e da Climatização.

Entendemos que o conhecimento, a experiência e a proximidade que mantemos com os profissionais do setor ao longo das últimas décadas, é uma mais valia e um ativo único, que deveria ser colocado à disposição do mercado.

Para além destes fatores que acabei de referir, existem outros, também muito relevantes que nos diferenciam dos demais. Destaco os 2 centros de formação em Aveiro e Lisboa devidamente equipados e que proporcionam as condições ideais para experienciar e interagir com os equipamentos e as tecnologias atuais; a equipa de formadores altamente especializada e os percursos formativos pré-definidos. Estes percursos formativos estão estruturados por áreas de negócio, de forma a possibilitar uma aprendizagem sequencial com diferentes níveis, permitindo aos formandos desenvolverem as competências necessárias para o desempenho da sua atividade ao ritmo desejado. Outra das particularidades do IFV, é proporcionar um portefólio de cursos muito abrangente em diferentes áreas: Técnica, Produto, Comportamental e de Certificação. A complementaridade destas 4 áreas, traduz-se num programa formativo enriquecedor, capaz de responder a todas as necessidades dos profissionais e empresas do setor.

Adicionalmente, desenvolvemos cursos e/ou programas de formação customizados e à medida de cada empresa.

Num mercado cada vez mais desafiante e competitivo, torna-se indispensável que as empresas apostem no desenvolvimento das competências transversais dos seus colaboradores, bem como nas suas qualificações.

Felizmente, são cada vez mais as empresas que encaram a formação como um investimento e não como um custo. Tem sido esta a realidade

de que verificámos nestes dois primeiros anos de existência do IFV e que se traduziu num considerável volume de formação.

O momento que atravessamos devido à pandemia do Covid-19, também teve impacto na nossa atividade, que nos obrigou a reagir muito rapidamente e readaptar o modelo de formação. Muitos dos cursos, começaram a ser ministrados via online e paralelamente implementamos uma rotina de webinars, de forma a mantermos o contato regular com os nossos formandos.

Esta aposta da formação num formato digital foi muito positiva e comprovada pela forte adesão dos profissionais do setor, nomeadamente; Instaladores, Projetistas, Técnicos de manutenção e reparação e inclusivamente, participaram nestas ações, muitos alunos especialmente das áreas das Engenharias.

Foi sem dúvida, um período de grandes desafios e de muita aprendizagem para todos os nós. Toda esta experiência, será capitalizada na implementação de novos modelos e processos de formação, onde a componente prática é um dos nossos pontos fortes.

O Futuro do IFV passará certamente por um modelo misto, com formação a distância e presencial. Obviamente que não podemos descurar as inegáveis vantagens da formação a distância, mas esta, terá de conviver com a formação presencial, de forma a retirar todo o potencial na consolidação do conhecimento através da prática.

Cientes da nossa responsabilidade como marca líder, o IFV é já um instituto de excelência, na formação e certificação dos profissionais de hoje e dos futuros que, desempenham ou desempenharão a sua atividade no mercado de Água Quente Sanitária e Climatização. Através de um modelo de formação diferenciador pretendemos que os nossos formandos e empresas contribuam para a credibilização e confiança nos profissionais deste setor.

Mais informação em: www.ifv.vulcano.pt ||



A COMPETITIVIDADE É UMA CERTEZA, QUANDO ESCOLHE A FORMAÇÃO DO ESPECIALISTA.

Apesar do mercado estar sempre a mudar, pode ter uma certeza:
o **Instituto de Formação Vulcano** marca a diferença na sua qualificação técnica
como profissional nas áreas de Água Quente, Energia Solar e Climatização. Ao
optar pela formação Vulcano, marca líder e de referência no setor, tem acesso
a competências e certificações desenvolvidas com os mais altos padrões de
excelência. Tudo para que possa levar o seu negócio ao sucesso.

Saiba como aumentar a sua competitividade em ifv.vulcano.pt



**INSTITUTO
DE FORMAÇÃO
VULCANO**

EM PARCERIA COM



 **Vulcano**

SOLUÇÕES DE ÁGUA QUENTE

Otimismo - a palavra de ordem



JOANA SEMEDO MARKETING AND COMMUNICATIONS CONSULTANT, RANDSTAD PORTUGAL



O mundo do trabalho mudou, todos sabemos disso e sentimo-lo na pele mais ou menos, intensamente. O que é certo é que há temas que foram trazidos para cima da mesa como resultado de uma pandemia que virou o mundo do avesso e para a qual ninguém estava preparado. Falamos do debate sobre o teletrabalho e de qual o modelo a adotar amanhã, um modelo que possa trazer maiores benefícios tanto para as organizações como também para os próprios colaboradores. Da mesma forma, temas como a flexibilidade, capacidade de adaptação e reinvenção de empresas e trabalhadores face à volatilidade vão certamente continuar a estar presentes na realidade laboral.

Se empresas e talentos foram obrigados a reagir a um momento adverso, agora é hora de olhar para estes temas como uma realidade a médio e longo prazo. Podemos culpar a pandemia pela sua implementação e aceleração, mas também podemos retirar o melhor deste momento, sobretudo, por ter trazido a discussão estas questões, retirando-as das áreas da gestão de pessoas e colocando-as numa ótica não apenas de atração e retenção ou bem-estar dos colaboradores, mas também relacionadas com a produtividade, eficiência e agilidade das próprias organizações. E, por isso, podemos falar numa onda de otimismo e confiança face ao futuro do trabalho, que não será certamente o mesmo, mas que sairá mais robusto fruto de um conjunto de aprendizagens que podemos retirar deste período.

E se analisarmos os dados do Workmonitor 2021 da Randstad vemos exatamente isso. Há um sentimento de esperança e confiança em relação ao futuro que merece ser realçado.

Começando pela questão do teletrabalho, e aqui mais do que falar de qual será a decisão das empresas no que respeita a qual o modelo a adotar (remoto, presencial ou híbrido) sabendo certamente que não voltaremos a uma realidade pré-pandemia, é importante olhar para a implicação que este tem e terá nos próprios colaboradores. Qual o verdadeiro impacto na sua produtividade? E a conciliação entre a vida pessoal e vida profissional, vai ser ainda mais desafiante no futuro? A nível global 78% dos inquiridos revelam que há uma maior vontade de regressar ao local de trabalho, seja total ou parcialmente, e Portugal está em linha com esta tendência. E, por isso, é importante as empresas olharem para estes dados para repensar qual o modelo a adotar. Os principais bloqueadores para uma implementação de um modelo 100% remoto são a sensação de isolamento, a dificuldade de conciliação entre a vida pessoal e vida profissional e a falta de interação social entre os próprios colegas. É interessante verificar que este último ponto é o mais citado pela maioria dos inquiridos (52%) quando se fala das dificuldades sentidas pelos trabalhadores no trabalho à distância, o que nos faz pensar na importância que a interação social tem no bem-estar e até mesmo na produtividade das equipas. E não se pode falar de teletrabalho sem falar da conciliação

entre a vida pessoal e a vida profissional, 32% dos inquiridos revelaram mesmo ter tido dificuldade em encontrar este equilíbrio, um equilíbrio muito procurado pelos Portugueses de acordo com os dados do Randstad Employer Brand Research 2021. Desta forma, é importante destacar que as empresas devem considerar a implementação de um conjunto de políticas que ajudem os seus colaboradores a manter esta conciliação e estejam atentos aos temas do bem-estar e saúde mental dos colaboradores, temas tão importantes dos dias de hoje e que serão sem dúvida determinantes para o sucesso dos futuros modelos de trabalho.

No meio de tudo isto, e face a todos os desafios encontrados durante este processo, ainda faz sentido questionar a produtividade dos trabalhadores neste contexto?

O que é certo é que a produtividade foi posta em causa na passagem para um modelo remoto, mas os talentos foram capazes de tirar o melhor dos dois mundos acabando mesmo por sair ile-sa ou até mesmo melhorada. Note-se que 35% dos inquiridos no workmonitor da Randstad revelaram que o facto de estarem a trabalhar remotamente teve um impacto muito positivo na sua produtividade, e aqui fatores como a ausência da deslocação ou uma maior flexibilidade de horários podem em muito ter contribuído para estes resultados.

Mas será que podemos já começar a antecipar aquilo que vai ser o dia de amanhã? De acordo com a OCDE, a maioria das economias um pouco por todo o mundo verificaram uma queda nas taxas de desemprego face ao segundo trimestre de 2020, assistimos já a uma retoma de alguns dos setores mais penalizados e as empresas começam novamente a dar seguimento aos processos de recrutamento e, por isso, não obstante todos os desafios que ainda atravessamos assistimos já um crescente otimismo por parte dos trabalhadores no que respeita ao emprego.

Efetivamente os dados do Workmonitor 2021 revelam que a grande maioria dos trabalhadores está mais esperançosa com o surgimento de novas oportunidades até ao final do ano. Aqui é interessante referir que o sul da Europa é a região menos confiante no que respeita a este aspeto, onde apenas 43% dos inquiridos acreditam que surgirão mais e melhores oportunidades face aos 54% a nível global.

É verdade que o sentimento geral é de esperança face ao futuro e, por isso, é expectável que nos próximos tempos se verifiquem maiores oscilações no mercado de trabalho, com uma maior abertura para novas oportunidades e efetivamente mudar (as intenções estão nos 20% para este ano, de acordo com o Randstad Employer Brand Research 2021). Ainda assim, vamos continuar a assistir a uma necessidade de adaptação e readaptação, a uma capacidade de lidar com a incerteza e com o desconhecido. E aqui surgem as questões da qualificação, formação e reconversão de competências já tão determinantes no contexto atual, mas que no futuro se tornarão ainda mais relevantes e que nos obrigarão a pensar e repensar nas nossas funções e no papel nas próprias organizações. Esta foi uma tendência já muito evidenciada nos dados do Workmonitor em contexto de pandemia com os trabalhadores a enfatizar a importância de adquirir novas competências como forma de se manterem relevantes no mercado de trabalho. A forma como as empresas geriram as suas pessoas durante a pandemia veio contribuir para a retenção. Se olharmos para o panorama atual é muito interessante verificar que a grande maioria



dos trabalhadores (52%) revela uma vontade de se manter no seu atual empregador. Este facto mostra um sentimento de lealdade e pertença para com o próprio empregador e que é fruto de todo o acompanhamento e suporte providenciado. Aquilo que se verifica é um aumento no engagement e envolvimento e que deve ser encarado como uma aprendizagem para as organizações e como um modelo a implementar no futuro. O Workmonitor 2021 reforça mesmo que a experiência providenciada pelas empresas aos seus colaboradores durante a pandemia resultou numa maior motivação para trabalhar mais horas e ser mais produtivo. Isto é claramente um agradecimento às empresas que colocar as pessoas em primeiro lugar.

É verdade que a incerteza do mercado pode também ter contribuído para a vontade de se manter no atual emprego, e por isso é que quando olhamos para o comportamento de mudança nos últimos seis meses existe um decréscimo a nível global, sendo que os trabalhadores ativamente à procura de um novo emprego mantiveram-se no mesmo percentual.

Em relação às vacinas, serão um bloqueador ou uma oportunidade? À medida que caminhamos para um cenário pós-pandémico e onde cada vez mais queremos voltar a uma nova normalidade, a vacina terá um forte impacto neste caminho. Qual será na verdade o papel da vacina no mercado de trabalho? Como vão gerir as empresas este tema num cenário onde a vacinação ainda não é obrigatória?

É muito muito interessante considerar que segundo o estudo da Randstad 56% dos inquiridos a nível global consideram que terão melhores oportunidades de emprego se estiverem vacinados. Isto acresce uma grande responsabilidade para as organizações que terão que ser capazes de lidar com diferentes realidades e com todas as implicações legais que estas diferenças poderão trazer. Igualmente interessante é verificar que 75% dos trabalhadores a nível global estão dispostos a receber a vacina se tal for necessário para manter o seu emprego.

É certo que as restrições ainda são uma realidade e que não podemos ainda dizer que está tudo bem. Presencial, remoto ou híbrido, o mundo do trabalho vai continuar a ser marcado pela flexibilidade, capacidade de adaptação e reinvenção, onde novas oportunidades surgirão para empresas e pessoas.

Otimismo é a palavra de ordem e acreditar o verbo de ação. ||

Reter, atrair e desenvolver: a fórmula do sucesso

ANDRÉ RIBEIRO PIRES CHIEF OPERATING OFFICER DA MULTIPESOOAL



O otimismo impera. É isso que refere o mais recente survey realizado pela McKinsey aos executivos dos países desenvolvidos, onde os entrevistados acreditam que, apesar dos riscos, existe uma tendência para as economias acelerarem o seu crescimento nos próximos meses à medida que os riscos para a saúde pública são mitigados. Entre os principais riscos, destacam-se a evolução da pandemia através das novas variantes, a inflação provocada pelo desequilíbrio entre a oferta e a procura, as diversas disrupções que se têm sentido nas cadeias de distribuição, os conflitos políticos internos dos países e o elevado nível de endividamento de algumas economias. Observando a realidade portuguesa, acrescentaria dois grandes riscos, para os quais é urgente encontrar soluções: a escassez de pessoas para uma resposta imediata e a falta de qualificações para funções críticas.

No que diz respeito ao primeiro grande desafio português, aquilo que assistimos atualmente, não é muito diferente do cenário pré-pandemia. Verifica-se uma falta de recursos disponíveis para a demanda, principalmente nos perfis mais especializados. Neste contexto, a realidade que vivemos é afetada principalmente pelo receio de mudança em quem está empregado, mas também na existência de apoios sociais que atrasam a reentrada das pessoas no mercado de trabalho, pelo menos até ao final do ano de 2021.

Na perspetiva das qualificações, podemos dizer que a pandemia veio acelerar uma escassez que pode ser crucial para a indústria portuguesa. Ao longo dos anos, tem-se apostado em atrair para Portugal empresas que procurem uma localização estratégica para as suas operações, oportunidades de investimento otimizado através do aproveitamento dos baixos custos de instalação no nosso território e também pela mão de obra qualificada a preços competitivos. Acontece que a indústria tem-se vindo a transformar, tanto no modelo de negócio, bem como no modelo de produção que procura ser cada vez mais ágil. Esta mudança aliada a uma maior procura de Portugal como destino e ao desafio da evolução demo-

gráfica no nosso país, tornou a oportunidade num enorme desafio: estaremos nós preparados para formar, desenvolver ou evoluir a população ativa para dar resposta a tamanha demanda?

Está é uma das questões que a Multipessoal pretende ver respondida naquilo que consideramos ser “o futuro do emprego em Portugal” e que construímos juntamente com os maiores especialistas de todos os quadrantes da sociedade. Desde o início do ano que promovemos, em parceria com o Jornal Económico, um conjunto de conferências que visam esclarecer e procurar novos caminhos para o emprego em Portugal. Foi assim com os especialistas em direito laboral onde procurámos entender como pode o futuro influenciar o Código do Trabalho, mas também com os especialistas políticos onde procurámos perceber quais as políticas públicas de emprego que estão a ser desenvolvidas e como nos comparamos com outros países da União Europeia. Nesta sequência de eventos, promovemos também em Junho, a discussão sobre qual o papel do ensino na transformação do mundo do trabalho e descortinámos as principais tendências e perspetivas em torno das competências.

Tendo por base a nossa experiência ao empregar mais de 10.000 pessoas diariamente, estou em crer que o grande desafio português passa pela retenção de profissionais qualificados, a atração de novos recursos que procurem qualidade de vida e consigam acrescentar qualificações inexistentes mas também na formação e qualificação dos profissionais menos qualificados, de forma a dar resposta à evolução da indústria e consequente crescimento que se espera otimista.

As empresas que querem aproveitar este ciclo favorável vão ter de continuar a ser resilientes, promover as suas oportunidades de forma diferenciadora, apostar no desenvolvimento dos seus recursos e confiar na experiência de quem tem provas dadas no recrutamento e seleção de profissionais em Portugal para encontrar o seu bem mais preciso: as pessoas. ||



Estaleiro Naval ao serviço da Frota Mundial

Onde o Mediterrâneo encontra o Atlântico



David Magalhães CEO Earth Consulters

**“A formação profissional não transforma o mundo.
A formação aperfeiçoa as pessoas e as pessoas mudam o mundo.”**

A **Earth Consulters** é uma empresa de consultoria e Formação Profissional, certificada pela DGERT, IMT e Ministério da Agricultura, Floresta e Desenvolvimento Rural.

Tendo a sua sede em Viseu e nos seus quadros de gestão pessoas com largos anos de experiência na área de Formação Profissional Certificada capazes de constituir uma equipa com competências para fazerem com que a Earth continue a ser a empresa líder no mercado.

Dirigindo a sua ação para instituições públicas, empresas privadas e a todas as pessoas com interesse na sua própria capacitação, a nossa oferta formativa, reconhecida pelos elevados padrões de qualidade evidenciados em cada etapa do processo, assenta em nove áreas certificadas:

- Ciências Informáticas
- Produção Agrícola e Animal
- Trabalho Social e Orientação
- Serviços de Transporte
- Segurança e Higiene no Trabalho
- Construção Civil e Engenharia Civil
- Cuidados de Beleza
- Saúde e Terapia
- Reabilitação

Nº 1 EM FORMAÇÃO PROFISSIONAL

CONHEÇA A NOSSA OFERTA FORMATIVA

**MANOBRADOR DE MÁQUINAS EM OBRA E INDUSTRIAIS
MANOBRADOR DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS, FLORESTAIS E DE JARDINAGEM
CONDUZIR E OPERAR COM O TRATOR EM SEGURANÇA
TRABALHOS EM ALTURA, CORDAS ARNESES E ANDAIMES**

ENTRE MUITAS OUTRAS FORMAÇÕES

Através de um dedicado comprometimento com o cliente oferecemos a possibilidade aos Empresários e Cidadãos de se dedicarem apenas ao seu Negócio, deixando o restante connosco: Cumprimento da legislação, aconselhamento e apoio em todas as dúvidas que possam surgir, em todas as áreas de negócio.



UISEU 232 109 367 | 937 489 967 | geral@earthform.pt

earthform.pt

USBOA 210 998 177 | PORTO 220 999 313 | BRAGA 253 092 491 | FARO 289 093 594 | MADEIRA 291 099 999 | AÇORES 292 099 999



UISEU • PORTO • GUARDA • LEIRIA • LISBOA • PORTALEGRE • BEJA • ÉVORA • FARO • AÇORES • MADEIRA • MOÇAMBIQUE





earth
consulters
FORMAÇÃO PROFISSIONAL E CONSULTORIA



LIGA PORTUGUESA
CONTRA O CANCRO

2.5€

JUNHO
SETEMBRO
DEZEMBRO

REVERTEM A FAVOR DA
LIGA PORTUGUESA
CONTRA O CANCRO



2.5€

CONDUZIR E OPERAR COM O TRATOR EM SEGURANÇA

Formação destinada a todos os que manobram e conduzem tratores agrícolas e / ou florestais.

✓ OBRIGATÓRIO ✓ 35 HORAS
DECRETO-LEI Nº151/2017



MANOBRADORES DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS, FLORESTAIS E DE JARDINAGEM

Formação destinada a profissionais cujo exercício de funções dependa ou venha a depender da utilização de equipamentos de trabalho.

✓ OBRIGATÓRIO ✓ 16 HORAS
DECRETO-LEI Nº50/2005
DE 25 DE FEVEREIRO

2.5€

PRIMEIROS SOCORROS

2.5€

Formação destinada a todos os colaboradores em geral, especialmente aos responsáveis pela aplicação de medidas de primeiros socorros de uma empresa, estabelecimento ou serviço.

✓ OBRIGATÓRIO
DECRETO-LEI Nº102/2009



AUXILIAR DE GERIATRIA

2.5€

Formação destinada a indivíduos de ambos os sexos que exerçam ou pretendam vir a exercer funções na área de Auxiliar de Geriatria.

✓ 35 HORAS | 50 HORAS | 60 HORAS
+40 HORAS DE ESTÁGIO (OPCIONAL)

CONTACTE!



232 109 367 | 937 489 967



geral@earthform.pt



PARCERIA

PROJETO
CRIAR
BOSQUES

VISEU • PORTO • GUARDA • LEIRIA • LISBOA • PORTALEGRE • BEJA • ÉVORA • FARO • AÇORES • MADEIRA • MOÇAMBIQUE



Indicadores de patenteamento internacional



EDUARDO CRUZ CONSULTOR NA GASTÃO DA CUNHA FERREIRA

Criado e publicado pela primeira vez em 2014, o Indicador Gastão da Cunha Ferreira – IGCF é um estudo sobre a atividade de patenteamento internacional de invenções de origem portuguesa.

Os autores, que trabalham numa das firmas de consultoria em Propriedade Intelectual mais antigas do País, resolveram homenagear o fundador da empresa, atribuindo o nome do mesmo a este estudo, que realizam periodicamente e que se pretende ver publicado anualmente num órgão de comunicação relevante.

A ambição dos autores é contribuir para uma melhor identificação, pelas partes interessadas, das entidades que investem mais seriamente em patentes em Portugal.

O investimento em patentes é um reflexo da capacidade inovadora de uma empresa e da sua aptidão para obter riqueza a partir do conhecimento. Pode conhecer-se, indiretamente, o investimento em patentes feito pelas empresas, recorrendo às publicações feitas pelas entidades oficiais: quanto maior o número de publicações de patentes para uma determinada invenção, maior o investimento em proteção realizado pela empresa. Isto deve-se ao facto de não haver uma patente mundial e, por isso, a invenção ter de ser patenteada país a país, às expensas da empresa, para que se obtenha a exclusividade.



As patentes protegem a inovação. Assim, o investimento em patentes reflete o empenho da empresa em inovar. Portanto, o IGCF é um contributo de relevo para dar conhecimento das empresas mais inovadoras em Portugal.

O interesse por este ranking de empresas tem sido cada vez maior.

QUADRO 1: INDICADOR GASTÃO CUNHA FERREIRA - EMPRESAS

Patenteamento internacional de origem portuguesa (prioridade portuguesa ou inventores residentes em Portugal) nos últimos 5 anos; resultados ordenados pelo acumulado dos últimos 5 anos

	REQUERENTE	2016	2017	2018	2019	2020	TOTAL
1.º	BOSCH	15	22	66	35	108	246
2.º	VENIAM	3	78	74	52	20	227
3.º	HOVIONE	44	52	52	40	35	223
4.º	NOVADELTA	31	21	49	64	56	221
5.º	BIAL	56	33	27	45	21	182
6.º	TECNIMEDE	17	48	17	9	23	114
7.º	INESC	4	13	17	28	27	89
8.º	INL	12	8	25	15	22	82
9.º	BIOSURFIT	9	24	17	18	9	77
10.º	PHILIP MORRIS	10	5	16	23	22	76

COMENTÁRIOS

O ano 2020 vem colocar a **BOSCH** na dianteira do IGCF. A **BOSCH** vem assim destronar a **BIAL** e a **HOVIONE**, empresas que disputavam tradicionalmente a posição cimeira. O total de 108 publicações em 2020 indicia um valor elevado de I&D feita no Minho e em Aveiro, que se reflete neste número de publicações — até agora, o mais elevado a ser registado por uma firma com atividade de I&D em Portugal, desde que o estudo é feito.

Em 2.º lugar, encontra-se a **VENIAM**, cuja atividade em 2020 se cifrou em 20 publicações. Este número representa uma descida acentuada nas publicações de patentes relativamente aos anos 2017 e 2018, em que a atividade rondou as 70 publicações.

Em 3.º lugar, está a **HOVIONE**, empresa que lida com patentes desde que foi fundada, no final dos anos 50. Em 2020, viu serem publicadas 35 patentes, um número que difere do ano anterior apenas em cinco publicações.

Em 4.º lugar, ficou a **NOVADELTA**, com 56 publicações em 2020. Este é um número expressivo que está relativamente em linha com os últimos anos da **NOVADELTA** e que traduz uma atividade consistente — a manter-se, este volume de publicações levará a empresa a disputar os lugares cimeiros do IGCF nos próximos anos.

Em 5.º lugar, surge a **BIAL**, tendo 21 publicações em 2020.

Em 6.º lugar, emerge a **TECNIMEDE**, que passa de nove publicações em 2019 para 23 publicações em 2020, uma subida muito significativa.

Em 7.º lugar, está o **INESC** com 27 publicações em 2020. Acumuladas com uma atividade consistente dos anos anteriores,



estas publicações fazem figurar o **INESC**, pela primeira vez, no top 10 do IGCF.

Em 8.º lugar, ficou colocado o **INL** – Laboratório Internacional de Nanotecnologia com 22 publicações. Somadas à atividade acumulada até aqui, estas permitiram que o **INL** subisse dois lugares na tabela.

Em 9.º lugar, encontramos a **BIOSURFIT**, que mantém uma atividade consistente, apresentando, nos últimos anos, uma média em torno das 15 publicações.

Em 10.º lugar coloca-se a **PHILIP MORRIS** que surge no top 10 pela primeira vez, o que se deve a ter gerado uma média de 20 publicações por ano nos últimos três anos.

QUADRO 2: INDICADOR GASTÃO CUNHA FERREIRA - UNIVERSIDADES

Patenteamento internacional com origem portuguesa nos últimos 5 anos
(resultados ordenados pelo acumulado dos últimos 5 anos)

	REQUERENTE	2016	2017	2018	2019	2020	TOTAL
1.º	UNIV DO PORTO*	31	38	47	52	50	218
2.º	UNIV DO MINHO	34	14	31	35	58	172
3.º	UNIV DE COIMBRA**	19	14	36	35	32	136
4.º	INST SUPERIOR TÉCNICO	20	15	16	22	30	103
5.º	UNIV LISBOA***	8	12	23	20	27	90
6.º	UNIV NOVA DE LISBOA****	16	14	14	11	22	77
7.º	UNIV AVEIRO	9	14	15	18	18	74
8.º	UNIV. BEIRA INTERIOR	1		6	8	12	27
9.º	UNIV CATÓLICA	1	3	3	7	6	20
10.º	UNIV ÉVORA	4	2	5	4	3	18

* inclui Instituto de Patologia e Imunologia Molecular

** inclui Centro de Neurociências e Biologia Celular

*** inclui Instituto de Medicina Molecular João Lobo Antunes

**** inclui Instituto de Tecnologia Química e Biológica António Xavier

COMENTÁRIOS

A Universidade do Porto e a Universidade do Minho disputam os lugares cimeiros, fruto da promoção de numerosas operações de transferência de tecnologia que ambas levam a cabo. Em 3.º lugar, encontra-se a Universidade de Coimbra. A Universidade de Lisboa

sobe uma posição relativamente ao IGCF 2019 e a Universidade de Aveiro desce duas posições. O mesmo acontece com a Universidade de Évora, que passou da 8.ª para a 10.ª posição no ranking. A Universidade de Aveiro e a Universidade da Beira interior sobem, cada uma, uma posição, tal como a Universidade Nova de Lisboa. ||

A propriedade intelectual como motor das economias modernas



GONÇALO PAIVA E SOUSA ADVOGADO E AGENTE OFICIAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL NA GASTÃO CUNHA FERREIRA

A **propriedade intelectual (PI)** é amplamente reconhecida como um motor essencial nas economias modernas. A emergência da economia do conhecimento, dos mercados globalizados e da crescente complexidade dos produtos e serviços têm ajudado a tornar os direitos de PI cada vez mais relevantes. Para muitas empresas em economias mais avançadas, os seus ativos intangíveis são hoje em dia muito mais valiosos do que os seus ativos físicos. Para esse valor contribui necessariamente a capacidade de exploração económica dos direitos de PI. Sendo essa exploração económica feita muitas vezes pelos seus titulares não raras vezes pode essa exploração ser cedida a terceiros de forma temporária (através de licenciamento) ou definitivamente (através da sua transmissão). São várias as razões que podem levar a que o titular dos direitos de propriedade faça a cedência dos seus direitos, nomeadamente por constituir uma fonte adicional de receitas, expandir territorialmente uma marca, beneficiar da capacidade de fabrico, distribuição, venda ou marketing de outrem, criar novos canais de distribuição ou segmentar o mercado, converter um infrator num aliado ou aumentar o reconhecimento e a publicidade da sua marca, desenho ou invenção junto dos consumidores.

Genericamente os contratos de licenciamento de direitos de PI podem ter uma geometria variável, em função do que vier a ser acordado entre as partes. A licença de direitos de PI pode, nomeadamente, estar limitada no espaço (no território onde os direitos vigoram) e no tempo (acompanhando ou não a duração do direito embora não o excedendo), ser exclusiva ou não exclusiva, conferir ao licenciado todas ou apenas algumas das faculdades do direito, permitir ao titular do direito a exploração económica do seu direito juntamente com o licenciado, conferir a possibilidade de sublicenciamento ou de transmissão da licença a terceiros, com ou sem o consentimento prévio do titular do direito.

Sendo o licenciamento uma fonte adicional de receitas, a contrapartida financeira pode revestir diferentes formas, conforme for acordado entre as partes, embora tipicamente consista no pagamento de royalties ou de um montante fixo, a ser pago, total ou parcialmente, de forma antecipada ou de forma diferida no tempo ou ainda uma combinação daquelas. Quanto ao cálculo dos montantes a serem pagos, este varia em função do produto ou serviço, do setor da indústria e naturalmente da capacidade negocial das partes (importando para esse efeito, nomeadamente, o potencial de lucro, a dimensão do território, o quão bem a marca é conhecida ou a invenção

é especialmente valiosa ou a situação de concorrência no mercado relativamente aos produtos ou serviços envolvidos).

Feita referência, embora de forma sumária, a diferentes formas de gerar receitas pela utilização dos direitos de PI, importa ainda olhar de forma "macro" para alguns números que atestam a importância da PI numa Europa em acirrada concorrência com outros blocos económicos.

De acordo com um relatório publicado pela Comissão Europeia em Janeiro de 2020, as indústrias que utilizam de forma intensiva a propriedade intelectual representaram cerca de 84 milhões de postos de trabalho europeus e 45 % do PIB total da U.E. no período 2014-2016, tendo gerado 82 % das exportações da U.E.. Sendo que nestes setores, a U.E. regista um excedente comercial de cerca de 182 mil milhões de euros.

Em resumo, constituindo a propriedade intelectual uma comprovação mais-valia para os seus titulares importa protegê-la e encontrar as melhores formas de gerar receitas utilizando para o efeito os instrumentos jurídicos que o permitam fazer de forma eficiente, sem comprometer o ativo que aqueles direitos representam para os seus titulares. É pois crucial para a capacidade da U.E. de estimular a inovação e de competir na economia global a proteção e eficiente exploração económica da propriedade intelectual. ■■

PUB



sabe o que os talentos mais valorizam na decisão de emprego?

- o salário e os benefícios (71%) 
- a conciliação entre a vida pessoal e profissional (66%) 
- a estabilidade profissional (66%) 
- o bom ambiente de trabalho (65%) 
- a progressão de carreira (64%) 

fique a conhecer as tendências do seu setor, segundo o

Randstad Employer Brand Research 2021



Exportar ou não exportar, eis a questão de onde começa e acaba a minha proteção



Inventa International

DIOGO ANTUNES AGENTE OFICIAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL NA INVENTA INTERNATIONAL



Poucas são as empresas nacionais que conseguem escalar os seus negócios sem recorrer ao mercado externo. Infelizmente, o mercado português não permite, por si só, o crescimento das indústrias a um ritmo que possa ser sustentável e vantajoso para os empresários/investidores.

Para a maioria das empresas a exportação dos seus produtos ou serviços é essencial para o seu crescimento e manutenção. No entanto, conforme abordaremos adiante, existem vários riscos envolvidos que podem ser salvaguardados se tivermos em conta as seguintes questões.

Tenho um produto que quero exportar, mas tenho receio de não estar devidamente protegido, por onde devo começar?

Face a este cenário, devemos responder a uma primeira questão – os meus produtos já se encontram protegidos em Portugal? Se a resposta for negativa, o mais correcto, e urgente, será proteger-se primeiro em Portugal. Deve-se avaliar quais as protecções disponíveis para que se possa proteger um produto de forma eficaz. Existe um leque de protecções possíveis que não conseguiremos abordar de forma completa neste artigo, mas atente-se à seguinte listagem das principais vias de protecção:

- Registo de marca;
- Registo de desenho ou modelo;
- Depósito de patente ou modelo de utilidade;
- Registo do nome de domínio;
- Registo dos seus produtos nas alfândegas;

Posso utilizar todas estas protecções para um único produto? Por qual devo, ainda assim, começar ou preferir?

a) Marca

Quando comercializados, todos os produtos têm um nome associado, nem que seja o nome da empresa que o fabricou. Assim, o registo de marca será, na grande maioria dos casos, imprescindível. O facto de utilizar um nome associado a um produto mas que não se encontra registado como marca junto dos institutos oficiais poderá trazer diversos problemas no futuro. Desde logo, possíveis concorrentes que tenham conhecimento da marca não registada poderão efectuar o seu registo e impedir a comercialização dos bens. O mesmo poderá acontecer no mercado nacional como num mercado de exportação.

b) Patente

Se o produto que vier a ser comercializado consistir numa inovação face às soluções encontradas no estado da técnica terá que se ponderar a protecção por patente. A protecção por patente só será possível caso não haja divulgação da tecnologia. Neste sentido, antes de comercializar o produto e de o publicitar deverá recorrer ao depósito de uma patente no mercado nacional. Após este depósito poderá usufruir de 12 meses, a contar da data do pedido nacional, para efectuar depósitos noutros países. Ou ainda, proceder a um pedido PCT que facultará um período mais alargado, de 30/31 meses, para efectuar o depósito em vários países.

c) Desenho ou modelo

O produto a ser comercializado poderá ter uma aparência exterior singular, e nesta medida, poderá usufruir da protecção por desenho ou modelo. Nesta modalidade, é importante, de igual modo, que não tenha havido publicitação da aparência do produto.

d) Nome de domínio

A globalização do mercado digital possibilitou a venda de um produto para diversos países acedendo apenas a um nome de domínio. Por este motivo, é premente a criação e registo de nomes de domínio antes de iniciar a comercialização de um produto por forma a evitar o seu registo por terceiros. Grande parte da contrafacção de produtos na actualidade utiliza a internet como um meio de comercialização ilícita. Daqui decorre a importância do registo de nomes de domínio relevantes para os produtos que se pretenda comercializar.

Em que mercados é que devo estar protegido?

Segundo o INE as exportações de bens geraram cerca de 54 mil milhões de euros no ano de 2020. Cerca de 38 mil milhões deste valor deveu-se apenas ao mercado europeu. O mercado europeu parece ser o preferido das empresas portuguesas, e aquele que está, por razões óbvias, mais perto. Face a este cenário, é possível no contexto da União Europeia, proceder a um registo de marca da

União Europeia que abrange os 27 estados membros, diminuindo o custo de vários pedidos nacionais.

O mesmo se aplica ao registo de designs. Já no campo das invenções é possível proceder ao pedido de patente junto do Instituto Europeu de patentes, cuja processamento abrange também países europeus que não fazem parte da União Europeia.

Apesar da exportação europeia ser a mais preferida das empresas portuguesas, deve-se analisar cada caso individualmente. Em teoria, deverá procurar estar protegido em todas as jurisdições em que se pretenda exportar os seus produtos, a curto, médio e a longo prazo. Caso não seja possível, devido ao custo elevado, deverá optar-se pela protecção em países estratégicos, tanto do ponto de visto do consumidor (por exemplo, a União Europeia), como do ponto de vista de potenciais concorrentes com capacidade financeira e tecnológica para produzir produtos semelhantes (por exemplo, os Estados Unidos), como ainda do ponto de vista de países reconhecidos pela sua capacidade fabril (por exemplo, a China).

Por último e não menos importante – As alfândegas

O primeiro contacto com a entrada de produtos contrafeitos num país é perante as autoridades alfandegárias. Para que possa haver a apreensão de produtos contrafeitos é necessário que as autoridades estejam informadas das características do produto original e, acima de tudo, que este produto esteja associado a algum ativo intelectual, como por exemplo uma marca.

De forma a evitar que o seu produto seja apetecível para possíveis infractores, quem pretenda exportar para diversos países terá de montar uma estratégia de protecção alfandegária, registando os seus produtos junto das autoridades competentes.

Conclusões

A exportação de produtos ao dia de hoje não pode e não deve ser desfasada de uma estratégia de protecção dos ativos intelectuais adjacentes à mesma. Na prática dos escritórios especializados nestas matérias tem vindo a notar-se ao longo dos últimos anos uma preocupação crescente dos empresários portugueses.

Contudo, deve-se ativamente combater a desinformação que poderá originar cenários de prejuízo económico e representa sérias ameaças aos direitos dos seus proprietários legítimos, implicando também um custo elevado na correcção dos mesmos.

Na dúvida, proteja-se! ■■



»»» EXPORTAÇÃO

O desafio pandêmico



JOÃO SILVA PRESIDENTE DA AGEPOR

No maior teste de sempre às nossas empresas exportadoras quis o destino que uma pandemia, com efeitos profundos, imediatos e globais se abatesse sobre nós. Eram, de um momento para o outro as nossas empresas afetadas, concomitantemente, pela crise sanitária, com as consequentes contingências a nível da organização do seu trabalho, e pelo potencial colapso dos seus mercados.

O impacto é profundo e tal pode ser confirmado pelos números relativos a 2020. No total das mercadorias embarcadas nos portos portugueses, contabilizando carga geral, contentorizada, graneis sólidos e graneis líquidos, assistimos a uma redução de 190 201 toneladas de carga o que corresponde a uma diminuição de 0,5% quando comparado com 2019.

Este número esconde, como qualquer grande número agregado, várias realidades diferentes. Se por um lado tivemos comportamentos invejáveis, dadas as circunstâncias, na carga contentorizada (um crescimento de 3% quando comparado com 2019), minérios (aumento de 1%) e Produtos Agrícolas (15,3% mais do que em 2019) observamos evoluções negativas noutros segmentos como na Carga Geral Fracionada (recoo de 6%), Carga Rolante (uma diminuição de 8,1 %) e, principalmente, nos produtos petrolíferos com uma quebra de 4,6%. Estas tendências são já confirmadas analisando os dados conhecidos de janeiro e fevereiro de 2021.

Outro indicador de relevância, e também com alta correlação entre procura e oferta, tem a ver com o número de escalas de navios nos portos portugueses. Também aqui podemos ver uma diminuição

acentuada com menos 1.219 escalas que em 2019 – uma redução de 11,5%. Destacam-se pela negativa os números de Lisboa (menos 36%) e Portimão (menos 91%) portos muito dependentes do segmento de cruzeiros que praticamente desapareceu em 2020.

Existiram, também, outros fatores com elevado impacto nas cadeias de abastecimento dos quais podemos destacar dois (1) uma diminuição das escalas, nomeadamente nos serviços regulares contentorizados, para responder à falta de procura a nível global, numa primeira fase e (2) o seu reajustamento, como resposta ao consequente aumento da procura numa segunda fase, o que resultou em severos congestionamentos em vários portos mundiais gerando atrasos nos serviços e uma falta de disponibilidade de contentores criando uma disrupção e aumento dos custos nas cadeias de abastecimento das empresas.

Com a recuperação económica esperada a nível mundial, já observada em blocos comerciais importantes como o EUA e a China, e com as expectáveis melhorias a nível das cadeias de abastecimentos, estamos convictos que, uma vez mais, as empresas portuguesas serão capazes de se reinventar e de encontrar, no seu íntimo, as forças e as ideias para minimizar o impacto desta tempestade nos seus negócios e nos seus trabalhadores. Este impacto é forte, não terminou, e o seu final ainda não está à vista, mas continuamos a navegar nesta tormenta com esperança de dela sair através da nossa resiliência e criatividade – e isso, por si só, é uma ode à capacidade empresarial das nossas empresas. II

Portugal tem de ser um hub logístico internacional



PAULO PAIVA PRESIDENTE DIREÇÃO APAT

Os Transitários têm assistido a mudanças na cadeia logística global ao longo dos tempos. Acompanhando e muitas vezes liderando essas mudanças, somos atualmente fornecedor de serviços integrados de logística nacional e internacional ou se preferirem, operador multimodal de logística internacional.

Enquanto Supply Chain Master, apresentamos soluções e respostas

logísticas, usando de uma mestria inigualável, a cada problema que nos é apresentado.

Ainda que discretos, os Transitários são, de uma forma geral, eficientes e ambiciosos. É inquestionável que o trabalho e colaboração desenvolvida com os nossos parceiros do setor, servindo os importadores e exportadores do nosso país, permite impulsionar a economia

portuguesa, principalmente ao nível das exportações. Nos primeiros tempos da emergência, foram entre outros, os transitários que trabalharam dia e noite, permitindo a chegada de meios e equipamentos para capacitar os serviços de saúde no combate à pandemia. Mas também para minimizar o impacto nas cadeias logísticas de bens essenciais, produtos tecnológicos e matérias-primas para a indústria nacional.

Portugal tem de ser um hub logístico internacional, para o que precisaremos de competência em todos os modos de transporte. Isso exige vontade política em estabelecer e sobretudo cumprir objetivos ambiciosos para investimento criterioso em áreas críticas. Que conduzam ao fomento de bases de conhecimento, inteligência, capacidade tecnológica e governação. Sobretudo que criem as infraestruturas necessários para prosseguir esta estratégia.

Como é notório, o shipping passa por tempos conturbados. São inúmeras e constantes as informações muito negativas e preocupantes que chegam à APAT, dos mais variados setores exportadores e importadores. Dando conta de valores exorbitantes de frete e outras despesas, da indisponibilidade de contentores e da supressão de escalas

de navios provocando ainda maiores atrasos na circulação dos bens. No último ano passamos a ter um incremento assustador dos custos logísticos por força do crescimento sobrenatural dos preços do transporte marítimo, menos serviço, muito degradado em termos de eficiência, fiabilidade e tempos de trânsito enormemente deteriorados.

A APAT, atualmente ocupa a Presidência do Instituto Marítimo da CLECAT, (Associação que congrega os transitários da UE) juntou-se a várias associações internacionais, FIATA, FEPORT, ESC, ETA (European Tugowners), EBU (European Barge Union), ETF (European Transporte Federation), UIRR (Union for Road/Rail Combined Transport), GSF signatárias de mais uma carta conjunta dirigida à Comissão Europeia, a persistir na necessidade de investigação do comportamento e das práticas dos armadores durante o último ano.

É importante evidenciar as razões do declínio dramático da fiabilidade e da consistência das chegadas de navios aos portos europeus e, por conseguinte, da disponibilidade de cargas importadas para os carregadores e de contentores vazios para os exportadores. (...)

Mas mais importante é resolvermos o problema rapidamente, conhecendo e atuando sobre as efetivas causas do mesmo. ||

Exportação em período de pandemia e as implicações do Brexit



MÁRIO JORGE BASTONÁRIO DA ORDEM DOS DESPACHANTES OFICIAIS

As exportações nacionais para países terceiros (aquelas em que intervêm os Despachantes Oficiais) no período pandémico inicial (Abril e Maio de 2020) tiveram uma forte contracção entre os 30% a 40% considerando os meses homólogos do ano anterior, tendo-se mantido até Agosto com valores inferiores na casa dos 15%. Os Despachantes Oficiais, sempre estiveram em trabalho e mantiveram o seu serviço dentro da normalidade, no entanto face ao encerramento físico das instalações das Alfândegas criaram-se dificuldades no âmbito da emissão dos Documentos de Origem (essenciais aquando da chegada das mercadorias aos países de destino, para aplicação de taxas aduaneiras mais favoráveis) o que provocou atrasos no desalfandegamento das mercadorias, tendo sido evidente uma falta de uniformização de procedimentos nas diversas Alfândegas bem como dificuldades de comunicação e de divulgação de informação.

A crise pandémica representou uma ruptura sem precedentes para a economia global, com a drástica diminuição das trocas comerciais. De salientar, a contracção nas actividades industriais e fabris, seja por perturbações no seu funcionamento, seja pela falta de matérias-primas (em grande parte importadas), com reflexos na solvabilidade e na própria sobrevivência das empresas.

De igual modo, também a organização e a fluidez do transporte de

mercadorias, foram seriamente prejudicadas pela paralisação do transporte aéreo e pelo decréscimo do número de porta-contentores no transporte marítimo, com significativo foco na escassez de contentores, retidos pela China para a exportação massiva de dispositivos médicos e equipamentos de proteção individual, a que acresceu e um acentuado aumento do custo dos fretes, tudo foram factores perturbadores para a atividade de exportação.

No âmbito de Brexit, e tendo o Acordo de Comércio Livre sido celebrado tardiamente (no dia 29/12/2020), com todas as indefinições que se mantiveram até ao último dia, não permitiu às empresas uma preparação atempada para as exigências aduaneiras aí estipuladas, a que veio acrescer o aumento dos custos operacionais no comércio com o Reino Unido, com um eventual risco de perda de competitividade por parte das empresas portuguesas.

Apesar de ainda ser precoce avaliar os impactos do Brexit nas exportações, que até à data de 31 de Dezembro de 2020 eram consideradas trocas intracomunitárias, logo sem procedimentos aduaneiros, salienta-se que os Despachantes Oficiais deram uma pronta resposta no auxílio e apoio às empresas exportadoras, tanto nas formalidades aduaneiras como na obtenção do estatuto de operador registado, demonstrando uma vez mais a importância e valia dos Despachantes Oficiais e da sua Ordem Profissional. ||

Porto de Lisboa ao serviço das empresas



MANUELA PATRÍCIO DIRETORA DO NEGÓCIO PORTUÁRIO E LOGÍSTICA



O Porto de Lisboa é um porto europeu de orientação atlântica e uma porta direta ao mercado ibérico, inserido no maior centro de consumo (Região de Lisboa e Vale do Tejo) e principal região económica de Portugal, constituindo assim uma infraestrutura vital para a economia de Portugal e para as empresas importadoras e exportadoras. A sua área de influência estende-se assim pela designada Grande Região de Polarização de Lisboa, que cobre 30% do território nacional, onde residem mais de 4 milhões de habitantes e onde estão localizadas cerca de 40% das empresas nacionais.

O Porto de Lisboa é também uma importante plataforma logística multimodal e um dos portos Core da Rede Transeuropeia de Transportes (RTE-T), a sua centralidade geoestratégica confere-lhe um estatuto de relevo nas cadeias logísticas do comércio internacional, servido de uma rede de ligações marítimas com os principais portos do mundo, tendo em 2020 recebido e enviado mercadorias para mais de 130 países, através dos mais importantes armadores internacionais. De igual modo, é um porto estratégico e líder no tráfego nacional com os portos dos Arquipélagos da Madeira e Açores o que é constatado pelo facto de que do total da carga contentorizada movimentada na Região Autónoma dos Açores, 60% tem origem ou destino no porto de Lisboa, enquanto que na Região Autónoma da Madeira, esta quota sobe para 88%. As ligações com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa são igualmente históricas, destacando-se de entre estas as ligações com Cabo Verde e Angola, onde mais uma vez o Porto de Lisboa desempenha um papel muito relevante no abastecimento destes dois Países.

No que respeita às exportações, os principais mercados servidos pelo Porto de Lisboa são o Reino Unido, Itália, Angola, Colômbia e Marrocos, destacando-se no segmento dos grãos sólidos, o embarque de cimento, areais, forragens e adubo, na carga contentorizada, preparados alimentares, tomates e derivados, matérias de

construção, mármore e adubos e nos grãos líquidos o biodiesel, que é fabricado em dois terminais localizados no porto, e o fuelóleo. Para as importações, os principais mercados que servem o Porto de Lisboa são o Brasil, Espanha e Ucrânia, destacando-se mais uma vez o segmento dos grãos sólidos, com o desembarque de soja e milho para os terminais da Silopor.

Quando olhamos para o posicionamento futuro do Porto de Lisboa acreditamos que o mesmo passa efetivamente pelo serviço que podemos prestar às empresas que já utilizam e àquelas que venham a utilizar o porto. Para este efeito temos que obrigatoriamente efetuar uma aposta concreta na modernização das infraestruturas e infoestruturas portuárias, com o objetivo de incrementar as exportações e competitividade do porto de Lisboa das cadeias logísticas a ele associadas.

Neste sentido e no que concerne aos investimentos futuros, os projetos que estão em curso para o curto e médio prazo e que gostaríamos de realçar incidem na melhoria da eficiência dos terminais já existentes, com a renovação de equipamento, com melhorias ao nível ambiental e operacional, também ao nível das acessibilidades, melhorando as vias de acesso ao Porto.

De todos estes projetos destacamos dois, o projeto do Terminal de Contentores de Alcântara e o projeto de execução e do estudo de impacto ambiental para a Operacionalização da Navegabilidade no Estuário do Tejo, pilar fundamental para o desenvolvimento da multimodalidade do Porto de Lisboa, assegurando conexões eficientes ao seu hinterland e à rede do Corredor Atlântico enquanto porto da rede CORE da rede transeuropeia de transportes.

No que respeita ao Terminal de Contentores de Alcântara, o plano de investimentos acordado, sendo um projeto de modernização e aumento da eficiência operacional do terminal de contentores de Alcântara, aposta numa melhoria das condições técnicas de operação do terminal, introduzindo significativas melhorias ambientais e nos processos e formas de gestão, permitindo assim um aumento da eficiência na movimentação de contentores. Este aumento de eficiência possibilita um aumento da quantidade de contentores movimentados:

- (i) sem que tal esteja suportado num aumento do tráfego rodoviário – embora incrementando o tráfego ferroviário e exigindo a criação de tráfego fluvial,
- (ii) não exigindo um aumento do consumo energético e, inclusive,
- (iii) com a diminuição das áreas concessionada e edificada. ■

Caminho para um futuro sustentável



Os temas da descarbonização, da transição energética e da digitalização do negócio são promotores e recetores de todos os investimentos que projetamos concretizar nos portos geridos pela APDL. No que diz respeito à descarbonização, esta será fruto da redução das emissões poluentes produzidas no contexto da área portuária, particularmente em função da mobilidade rodoviária.

A APDL tem como objetivo reconfigurar a mobilidade rodoviária associada ao porto, quer de veículos pesados, quer de ligeiros, como forma de reduzir as emissões poluentes. Entram diariamente no Porto de Leixões cerca de 1500 viaturas de transporte de mercadorias, que libertam um total de 1,189 toneladas de CO₂e para a atmosfera por ano. Atendendo a este diagnóstico, interditamos a circulação de viaturas pesadas EURO I, II, III e IV desde o início deste ano e foi assinado um protocolo que define as novas condições de acesso e trânsito de veículos ligeiros ao porto de Leixões a vigorar a partir de 2022. Este protocolo reflete um compromisso

de descarbonização do porto de Leixões assumido pelos vários intervenientes no ecossistema portuário.

Com a aposta no aumento da quota ferroviária relativa à movimentação de mercadorias nos portos implicaremos diretamente na sustentabilidade ambiental, através das externalidades positivas que esta ação proporcionará. Pretendemos que mais do que duplique a expressão da ferrovia e atinja 20% da mercadoria movimentada no porto de Leixões a curto prazo. A criação de condições para a implementação dos portos secos, como é exemplo o projeto da Guarda, faz parte da/integra a estratégia da APDL, que aproximará Leixões do seu hinterland e otimizará o armazenamento e transporte de carga.

Com estas medidas, a APDL continua a caminhar para uma maior sustentabilidade e eficiência nas operações e em toda a atividade portuária, bem como para a redução da sua pegada ambiental. ||



2035

Plano de Transição Energética do Porto de Leixões

É tempo de dar um passo pelo planeta



RoadMap 2035,
União pelo progresso,
comprometidos com o planeta
#ROADMAP2035

Porto exportador

DIOGO VAZ MARECOS REGIONAL GENERAL MANAGER YILPORT IBÉRIA



De acordo com dados oficiais do Regulador, em 2019 o porto Leixões mantém o segundo lugar em termos de quota no volume de mercadorias movimentadas, com 21,9% do total de 81,9 milhões de toneladas. Desde 2013 que o Porto de Leixões vem mantendo consecutivamente o segundo lugar. Do total de 81,9 milhões de toneladas, 30,1% são constituídos por carga contentorizada, das quais cerca de 38% são operações de transhipment. O tráfego de transhipment representa cerca de 69% do total de TEU (é a unidade de medida para os contentores "Twenty foot Equivalent Unit", ou seja, um contentor de 20' pés corresponde a 1 TEU, enquanto que um contentor de 40' pés corresponde a 2 TEU's) movimentados no porto de Sines, que ocupa a primeira posição nos Portos nacionais.

Em termos de TEU movimentados, em 2019 Portugal teve 2.662.700 TEU, com as importações e exportações a representarem respetivamente 43,9% e 44,3% daquele valor. Em 2018, Portugal havia movimentado cerca 3 Milhões de TEU, enquanto Espanha movimentou 17 Milhões de TEU.

Dos dados oficiais mencionados, 2 conclusões são imediatas:

- 1) O Porto de Leixões é por excelência o porto Português exportador;
- 2) Portugal tem capacidade para crescer em termos de movimentação de mercadorias.

A YILPORT, 12º maior Operador Portuário do Mundo, e o 2º maior Europeu, presente em 10 países, Turquia, Suécia, Noruega, Malta, Espanha, Portugal, Itália, Peru, Equador e Guatemala, passou desde fevereiro de 2016 a ser um parceiro estratégico da economia portuguesa, apoiando diretamente as exportações portuguesas e a indústria nacional.

No Porto de Leixões, a YILPORT Leixões / TCL encontra-se a concluir a execução do investimento de 43,4 milhões de euros no terminal de contentores sul daquele Porto. Este investimento, 100% privado, e integralmente suportado pela YILPORT, tem-se



vindo a concretizar na aquisição de novo equipamento industrial portuário elétrico, construção (já concluída) de 2 novos edifícios, um administrativo e o outro destinado à manutenção, e na reparação do terminal sul. Os objetivos do investimento é a melhoria das condições técnicas operacionais e ambientais, e não só aliviar o congestionamento do terminal sul, como aumentar a sua capacidade de movimentação, em cerca de 210.000 TEU, através de uma reconfiguração do terminal.

Ainda assim, o investimento que se encontra em fase de conclusão não é suficiente para dotar a economia portuguesa dos meios necessários para aumentar as exportações, e abastecer indústria e populações. Com efeito, o norte de Portugal necessita que o Porto de Leixões tenha fundos marítimos adequados para receber os navios cada vez maiores (que beneficiam das economias de escala) que por não conseguirem entrar em Leixões passaram para portos Espanhóis.

Desde 2019 que a YILPORT se tem revelado disponível para fazer um novo investimento no Porto de Leixões, de modo a equipar a infraestrutura Portuária das condições para receber a maioria dos navios das frotas de contentores mundiais. Semelhante investimento irá permitir que todas as embarcações que fazem escalas noutros portos (como Vigo), possam regressem ao local onde a carga é fabricada/produzida, transportando-a com custos mais baixos, e criando maior riqueza em termos de valor, como na criação de postos de trabalho diretos e indiretos.

A modernização do Porto de Leixões é essencial. A YILPORT, que mantém um claro compromisso com a economia Portuguesa, espera em breve ter boas notícias nesta matéria. ||



Lisboa
Liscont



Lisboa
Sotagus



Huelva



Setubal



Leixões



Aveiro



F. Da Foz



Ferrol



YILPORT : GAME CHANGER

Com a experiência e a aposta na gestão de Terminais de alta performance dedicados a todos os tipos de carga e navios, a Yilport dispõe não apenas de capacidade mas da melhor rede de Terminais na fachada Atlântica, apoiada em serviços logísticos e servindo o hinterland da Península Ibérica via seis Terminais em Portugal e dois Terminais em Espanha: Yilport Leixões, Yilport Aveiro, Yilport Figueira da Foz, Yilport Lisboa Liscont, Yilport Lisboa Sotagus, Yilport Setubal, Yilport Ferrol e Yilport Huelva.



TURKEY | Gebze | Gempport | Solventas | Rotaport | **SWEDEN** | Gavle | Stockholm Nord
NORWAY | Oslo | **MALTA** | Malta Freeport | **PORTUGAL** | Aveiro | Figueira Da Foz | Leixoes
 Liscont | Sotagus | Setubal | **SPAIN** | Ferrol | Huelva | **ITALY** | Taranto
ECUADOR | Puerto Bolivar | **PERU** | Paíta | **GUATEMALA** | Puerto Quetzal

Modernização, sustentabilidade e competitividade



JOSÉ CASTEL-BRANCO ADMINISTRADOR

O Porto de Setúbal localiza-se numa zona tradicionalmente industrializada que sofreu profundas transformações nas últimas décadas, em resultado das quais apresenta, atualmente, um potencial de crescimento inigualável no nosso país. De facto, Setúbal reúne todas as condições para exercer grande atratividade para localização de novas indústrias, baseadas na inovação e em novas tecnologias que podem beneficiar do espaço infraestruturado disponível, da proximidade de outras unidades e do acesso a um porto que se quer cada vez mais moderno e sustentável.

É uma infraestrutura portuária em profunda transformação, fruto da recente conclusão do projeto de melhoria das acessibilidades marítimas, que permite o cruzamento em segurança de navios, maiores, mais modernos e principalmente com níveis de eficiência e sustentabilidade ambiental muito superiores aos anteriores.

Em complemento, está em curso o projeto de melhoria das acessibilidades ferroviárias à zona do porto, desenvolvido no âmbito de uma parceria entre a APSS, SA e a IP – Infraestruturas de Portugal. Tem como objetivo maximizar a operacionalidade das infraestruturas e a eletrificação das linhas até ao interior dos terminais, permitindo o aumento da capacidade de receção e do tamanho dos comboios de e para o porto, com redução dos custos de operação, redução de manobras e reforço da segurança da circulação ferroviária.

Perspetiva-se ainda a criação e modernização dos terminais existentes, nomeadamente com a construção de um novo terraplano e cais na zona de aterro a montante do terminal Ro-ro, em fase de consolidação e o lançamento de novos espaços para concessões portuárias.

O Porto de Setúbal já hoje serve uma região onde estão instaladas as principais indústrias exportadoras do país, e que são suas parceiras, desempenhando um papel chave no apoio ao comércio

externo. Em 2020, teve uma Taxa de Cobertura das Importações pelas Exportações de 121%. Neste particular destaca-se o contributo da Autoeuropa e da Lisnave empresas líderes dos respetivos mercados.

A cobertura geográfica das linhas regulares dos navios que escalam o Porto de Setúbal tem vindo a alargar-se. Em 2020, as mercadorias movimentadas resultaram da ligação direta a cerca de 361 portos localizados em 97 países: 65 portos africanos, 34 do continente americano, 59 portos asiáticos, 200 europeus e 4 portos da Oceânia.

Exemplo desta capacidade de expansão e atratividade para novos investimentos é a recente entrada em funcionamento do TLA – Terminal Logístico Automóvel, novo projeto do Grupo SAPEC e do Grupo BARRAQUEIRO, um parque automóvel, situado a 5km do Terminal Ro-Ro, dedicado à armazenagem, preparação e personalização de veículos acabados, com capacidade para 6000 viaturas e que irá criar 100 postos de trabalho na região, sendo uma alternativa ao excesso de procura verificado no parque daquele terminal. No reforço da vocação exportadora pesa ainda o facto de, para além de se encontrar inserido num dos mais importantes e atrativos polos industriais e logísticos do país, esta zona tem uma grande possibilidade de expansão para instalação de novas unidades para exploração e produção de energia verde, vocacionada não só para o consumo interno como, principalmente, para a vertente de exportação.

Para além dos já mencionados a nível da operação portuária, são vários os investimentos já concluídos, que contribuem para reforçar o rumo desejado de desenvolvimento do território, nomeadamente, a modernização do VTS, serviço de tráfego de navios, que incrementou a segurança da navegação no porto e a entrada em produção da Janela Única Logística, entre outros. ||



multipessoal

Temos várias soluções para os seus desafios!

- + RECRUTAMENTO E SELEÇÃO ESPECIALIZADO
- + TRABALHO TEMPORÁRIO
- + CONSULTORIA DIGITAL
- + OUTSOURCING
- + FACILITY SERVICES



Centralidade dos portos açorianos tem futuro promissor



HELGA SILVA NUNES ECONOMISTA – PORTOS DOS AÇORES

A Portos dos Açores, S.A. gere 14 portos em regimes de “tool port” e “service port”. Os portos de Ponta Delgada, na ilha de São Miguel e, da Praia da Vitória, na ilha Terceira, movimentam, em conjunto, 85% das mercadorias da Região Autónoma dos Açores. O seu posicionamento tem potencial estratégico entre três continentes: América; Europa e África. Do continente americano unem-nos a maior comunidade açoriana onde se estima que a diáspora atinja 1,5 milhões de pessoas nos EUA; Canadá; Brasil; Bermuda e Uruguai. Em África esta ligação é mais forte com o arquipélago de Cabo Verde, com quem estabelecemos uma forte ligação através da região da Macaronésia, existindo um conjunto de projetos comuns, a par da Madeira e Canárias.

Numa análise pormenorizada à composição das exportações no biénio 2019-2020 é possível depreender que a pandemia acabou por ter um efeito positivo no computo das exportações em cerca de 5%. A região apresenta um maior perfil exportador, além do sector do turismo, de produtos alimentares, bebidas e tabaco (71%

do total de bens exportados em 2020). De entre os grupos de mercadorias classificadas por atividades na UE, o grupo que registou um dos maiores acréscimos de 2019 para 2020 e, que apresenta potencial de crescimento é o de “Produtos da agricultura, da produção animal, da caça e da silvicultura; peixe e outros produtos da pesca” (+53%); por outro lado, com uma variação homóloga negativa o grupo de “Coque e produtos petrolíferos refinados” regista uma quebra de 17%.

O congestionamento dos maiores portos internacionais durante a pandemia e o recente acidente que bloqueou o Canal do Suez, foram acontecimentos que fizeram ressurgir a ideia de que a dimensão dos navios deve ser repensada e, a ser assim, a centralidade dos portos açorianos pode, no futuro, ter um papel promissor a uma escala internacional, dado o seu posicionamento geográfico estratégico. O Governo Regional dos Açores tem como objetivo o estudo deste modelo de transporte marítimo de mercadorias numa visão clara que garanta regularidade, frequência e melhor preço. ||

O seguro de crédito na recuperação económica



JOSÉ MONTEIRO COUNTRY MANAGER DA COFACE

Em qualquer período, quer de crescimento económico, quer de crise, seja de origem pandémica ou outra, o seguro de crédito é um instrumento de apoio à gestão, fundamental para qualquer empresa, quer se trate de uma atividade direcionada para a exportação ou para o mercado doméstico.

O seguro de crédito desempenha um papel fundamental na gestão de risco de crédito de qualquer empresa, não só pela sua principal finalidade de cobrir o risco de incumprimento dos clientes, mas principalmente como ferramenta complementar na análise de risco da carteira de atuais e potenciais clientes. Trata-se do único instrumento que permite selecionar e gerir uma carteira de clientes, assegurando assim que o crédito concedido através das vendas efetuadas, ao abrigo dos limites de crédito atribuídos pela seguradora, sejam sempre recebidos, desde que respeitado o estipulado na apólice, constituindo também um importante apoio financeiro, uma vez que os créditos cobertos pela apólice podem ser cedidos aos bancos, facilitando assim

o financiamento da atividade, através do adiantamento das receitas, o que, na conjuntura atual, é fundamental para assegurar a liquidez das empresas.

Pela sua natureza, o seguro de crédito requer uma constante monitorização da evolução da atividade económica das empresas e inclusive dos países em que as mesmas se inserem, por forma a procurar antecipar o possível risco de incumprimento do crédito concedido aos clientes, quer no mercado doméstico, quer nos mercados externos, sendo desta forma muito importante contar com uma seguradora experiente como a Coface que, com mais de 75 de experiência na gestão e cobertura do risco de crédito e uma experiente equipa internacional de analistas de risco, que acompanham e monitorizam em permanência os comportamentos e o dinamismo das empresas e dos mercados em que operam em todo o mundo, possibilita uma gestão criteriosa na tomada de decisões, quer nos momentos de expansão das economias, quer nos momentos de maiores dificuldades. ||

»»» COSEC

Retoma da economia

Importância do seguro de crédito no apoio à atividade transacional das empresas



Entre 2020 e o início de 2021, vivemos dos dias mais negros das nossas vidas, em consequência da pandemia e da crise sanitária, que levou ao desabamento da generalidade das economias. Neste início de maio sentimos os primeiros sinais de algum desanuviamiento e de esperança na retoma da atividade económica num número significativo de países.

E é assim que depois do desenvolvimento em tempo recorde de vacinas, com uma cooperação científica internacional nunca antes vista, e com campanhas públicas de vacinação já no terreno desde o início do ano, a economia mundial está a iniciar um período de retoma, reforçado pelos ambiciosos programas públicos de recuperação ainda em fase de lançamento na maior parte dos países.

As exportações continuarão a ser, sem dúvida, um dos motores do crescimento da atividade económica em Portugal. Os indicadores começam a ser positivos com a retoma do crescimento das exportações de bens no início do ano, que registaram um aumento de 6,2% no primeiro trimestre de 2021, sendo de destacar a evolução positiva nas exportações para fora do espaço europeu.

No entanto, prevê-se que a retoma de alguns setores, de grande relevância para a economia portuguesa, como a hotelaria e restauração, apenas comecem a ter uma evolução mais significativa a partir do segundo semestre com a abertura dos mercados de emissão de turismo para Portugal.

A pandemia e a crise económica não atingiram todos os setores de atividade de forma idêntica, nem a retoma se vai sentir de forma homogênea, motivo pelo qual as perspetivas para alguns setores de atividade ainda se mostram desafiantes e os níveis de insolvências esperados elevados.

Para que as empresas portuguesas tenham possibilidade de aproveitar as oportunidades comerciais desta nova situação, é essencial que disponham de uma resposta adequada das companhias de seguro de créditos, complementada pela oferta temporária dos seguros de crédito com garantias do Estado.

As melhores perspetivas de evolução económica dos diversos mercados e de alguns setores de atividade começaram a permitir à COSEC alargar com prudência os limites de crédito que vigoraram anteriormente, e assim melhor responder às necessidades presentes dos seus segurados. Nos primeiros quatro meses de 2021, a exposição em termos de responsabilidades da COSEC aumentou cerca de 4,5% face ao final do ano passado.

Para complementar esta resposta do mercado, estão neste momento em vigor linhas de seguro de créditos com garantia do Estado: para os mercados externos «Exportação Segura 2021» e para o mercado doméstico «Mercado Doméstico Seguro 2021». Com estas linhas, as empresas podem ver aumentados os limites aprovados pelas companhias de seguro até mais 1,5 vezes.

Recentemente, a COSEC lançou ainda uma nova solução CAP EXTRA que permite a cobertura sempre que não tenham sido aprovados limites nas apólices globais em vigor, sendo o preço desta nova solução ajustado ao risco mais elevado tomado pela seguradora.

A COSEC continua a manter uma grande proximidade com os seus clientes com o objetivo de conseguir responder da melhor forma às suas necessidades, sejam eles grandes, médias ou pequenas empresas, através de uma oferta diversificada. Adicionalmente coloca à disposição das empresas exportadoras a base de informação do seu acionista Euler Hermes, que cobre em tempo real informação sobre 90 milhões de empresas em todo o mundo, permitindo uma decisão rápida e fundamentada de grande valia para os exportadores.

A COSEC disponibiliza ainda aos seus segurados, através do serviço "COSEC info", o acesso online a um conjunto de indicadores financeiros sobre entidades que atuam no mercado interno, para além de uma classificação de risco relativamente às suas capacidades de cumprimento das obrigações financeiras decorrentes de transações comerciais.

Por último, a COSEC continua a gerir o Sistema de Seguro de Créditos com Garantia do Estado. É importante referir que a linha de seguro de crédito de curto prazo com garantia do Estado para mercados fora da OCDE, em vigor desde 2009, tem vindo a registar um aumento da procura neste início do ano. Até ao final de abril, verificou-se um aumento de 13% no número de candidaturas e um aumento de 12% em número de mercados de destino. As apólices emitidas nestes quatro primeiros meses do ano potenciam exportações de cerca de 200 milhões de euros, ou seja, mais 41% do valor verificado em igual período do ano anterior.

Assim, a COSEC mantém-se ao serviço das empresas portuguesas, reconhecendo a importância que o seguro de crédito tem para permitir o aproveitamento das oportunidades de mercado que se abrem com o crescimento económico que se perspetiva.

Acreditamos que o ditado popular «depois da tempestade, vem a bonança» se venha mesmo a concretizar. ■■

Seguros de crédito apoiam exportações



PAULO MORAIS DIRETOR TERRITÓRIO PORTUGAL E BRASIL DA CRÉDITO Y CAUCIÓN



O aumento das exportações constitui uma prioridade no âmbito da estratégia de internacionalização da economia portuguesa. O novo Programa Internacionalizar 2030 estabelece como meta para 2030 que as exportações nacionais atinjam um volume equivalente a 53% do PIB face aos 44% alcançados em 2019. Mais, considera prioritário elevar o número de empresas exportadoras de 21.500 para 25 mil no final da década, assim como os mercados de exportação para que se atinja um número médio de 4,7 mercados por empresa em 2030.

Estas são metas importantes para reforçar a aposta do país num modelo de crescimento económico assente nas exportações e no equilíbrio externo, e para aproximar a intensidade exportadora do nosso país do valor alcançado por este indicador em outros países europeus. Contudo, para que estas metas sejam atingidas é fundamental que as empresas nacionais coloquem a internacionalização nas suas agendas estratégicas e que conheçam os apoios financeiros e outros instrumentos de que dispõem para que possam exportar de forma segura e sustentada.

Num contexto económico fortemente afetado pela pandemia de Covid-19 e num quadro de incerteza quanto à evolução do comércio mundial, os apoios públicos aliados a outras ferramentas de gestão de crédito, de que destaco o Seguro de Crédito, constituem instrumentos fundamentais para a retoma da atividade económica nacional e para o relançamento da atividade exportadora.

Nessa medida, a Crédito y Caución foi uma das seguradoras de crédito subscritora de um acordo com o Estado português para uma Linha de Apoio às exportações para os países da OCDE, no montante global de 194,2 milhões de euros. Esta garantia pode ser ativada nos casos em que, após análise do risco de crédito do

comprador associado a uma apólice de seguro de crédito, a Crédito y Caución tenha concedido coberturas inferiores à solicitada pela empresa vendedora. O montante da garantia adicional do Estado será acrescido ao risco assumido pela seguradora de crédito. O limite de cada operação, que varia em função do risco de crédito do comprador, pode atingir até 1,5 vezes a cobertura concedida pela Crédito y Caución.

Este acordo, uma vez mais prorrogado até 31 de dezembro de 2021, constitui uma ferramenta essencial de apoio à atividade das empresas exportadoras nacionais, num contexto de grande incerteza e de perspectivas pouco otimistas na generalidade dos mercados mundiais.

A par desta linha de apoio com garantias do Estado, a Crédito y Caución oferece aos seus segurados todo um conjunto de serviços de apoio à internacionalização, reunidos no Serviço CyComex, que incluem informações de mercados, identificação de clientes, identificação do potencial exportador, informações legais, documentação e trâmites alfandegários, financiamentos internacionais, fraude em operações comerciais ou consultoria personalizada.

Estes são serviços que consideramos essenciais, em paralelo com o seguro de crédito, para ajudar as empresas a definirem ou redefinirem as suas estratégias exportadoras e a conhecer os requisitos e especificidades de novos mercados exportadores.

Se queremos aumentar os volumes exportados, entrar em novos mercados e incentivar mais empresas portuguesas a internacionalizar é necessário adicionar às alavancas financeiras os insights de cada mercado que eliminem surpresas e garantam maior segurança nas transações. Essa é a abordagem da Crédito y Caución validada pela sua experiência no apoio à internacionalização em todo o mundo. ■

É um novo dia. Também para as empresas. É o dia de começar a recuperar o terreno perdido, de voltar a abrir, de voltar a circular livremente. É o momento para voltar a acreditar e ter esperança. E o seguro de crédito tem uma ferramenta para ajudar as empresas em todas as fases das operações comerciais. É uma ajuda que vale por três. São três luzes ao fundo do túnel para uma saída mais rápida.

www.creditoycaucion.pt 800 281 281

 **Crédito y Caución**
Atradius

Cobertura de risco de créditos comerciais · Apoio para um crescimento sustentável · Assessoria à internacionalização · Seguros de caução

**Prevenção,
indemnização,
recuperação.**

**Uma tripla ajuda
para sair do eclipse.**

Uma multinacional portuguesa no setor logístico

Fundada em 1980, a Rangel é um parceiro logístico global com cobertura mundial que oferece soluções eficientes para cada cliente, tipo de carga ou indústria, através de uma vasta gama de serviços integrados de transporte e logística.

A empresa tem presença direta em sete países e uma rede de parceiros mundial, apresentando um portfólio de serviços especializados em logística, transporte terrestre, marítimo e aéreo, armazenagem, distribuição física, courier expresso, formalidades aduaneiras, feiras, exposições e obras de arte.

Iniciou a sua internacionalização em 2007, com a abertura de uma filial em Angola, seguindo-se Moçambique em 2011, Brasil em 2013, Cabo Verde em 2015 e em 2020 no México e África do Sul, criando um triângulo logístico entre América, África e Europa.

A Rangel possui 312.500 m² de área logística e registou um volume de faturação de 203 milhões de euros em 2020. Nuno Rangel, CEO da empresa, sublinha que “o principal ativo são as pessoas” e assume-se como uma “Learning Organization, com enfoque na aprendizagem e na melhoria contínua” de processos e na multinacionalidade da sua equipa de 2300 colaboradores”.

Com a ambição de “ser a primeira grande multinacional portuguesa no setor logístico”, a operação internacional do grupo pesa cerca de 15%, apostando em mercados como a África do Sul, que “não só tem uma geografia estratégica no continente africano e garante ligações rodoviárias a toda a África Austral, mas também pelas fortes relações com Angola e Moçambique, países nos quais a Rangel já está fisicamente há alguns anos”, explica o gestor.

A América Latina é outro mercado com oportunidades por explorar pela empresa, em paralelo com o reforço no Brasil e no México, “país que tem uma indústria muito forte e necessidades logísticas elevadas”. Nuno Rangel identifica ainda a aposta no Triângulo Logístico - América, África e Europa, no qual a empresa “vai prosseguir as operações com presença própria e direta e com soluções eficazes para os clientes”. Além do foco na logística internacional, a empresa continuará a explorar oportunidades nos serviços de logística contratual, nomeadamente em logística industrial, no setor automóvel e em outras indústrias.

Com previsão para um crescimento de 13% em 2020, face à situação pandémica, a empresa acabou por crescer cerca de 7%. Para 2021, o objetivo é atingir o valor projetado já em 2020, ou seja, um volume de negócios que ascenda aos 215 milhões de euros (+5,5%).

“Em Portugal, continuaremos a investir em infraestruturas físicas (armazéns e frota) e, sobretudo, em infraestruturas tecnológicas e software. Estamos a ampliar no Montijo (aumentar 7 mil m² aos 15 mil atuais), inaugurámos uma plataforma na Figueira da Foz e vamos iniciar operações numa nova plataforma logística na zona de Lisboa Norte. No total, em infraestruturas, o investimento da Rangel rondará os 4 milhões de euros em 2021”, revela Nuno Rangel.



Nuno Rangel – CEO Rangel Logistics Solutions

Naturalmente a empresa sentiu os efeitos e os desafios decorrentes da pandemia. O CEO da Rangel exemplifica com as complexas operações logísticas que tiveram de ser implementadas e realça “o elevado número de transportes de carga aérea a partir da China com mercadorias necessárias e urgentes, o que nos obrigou a dotar muitos meios e recursos a esta operação”.

O enorme crescimento do comércio eletrónico foi outro dos impactos que o gestor aponta no âmbito da pandemia. A Correos Express Portugal, empresa de transporte expresso da Rangel, “teve um crescimento de 40% do volume de entregas e obrigou ao reforço do número de pessoas e viaturas”. A Rangel pretende crescer ainda mais neste setor e avançar para novos centros de distribuição, reforçando as atuais unidades localizadas no Porto, Lisboa, Aveiro, Leiria, Algarve e Alentejo.

“Acreditamos que as mudanças ao nível do comércio eletrónico transformaram a visão empresarial sobre a logística, que deixou de ser considerada uma atividade operacional e um centro de custos, sendo agora encarada como uma atividade estratégica, que tem de ser resiliente, versátil e flexível. As empresas foram obrigadas a repensar não só o seu modelo logístico, mas também todo o seu modelo de negócio e as suas estratégias, para garantir operações de sucesso, mesmo em realidades adversas”, conclui Nuno Rangel. ||



LOGISTICS SOLUTIONS



We bring together people and business around the world!



CUSTOMS
BROKER



ROAD
FREIGHT



AIR
FREIGHT



SEA
FREIGHT



EXPRESS



CONTRACT
LOGISTICS



CUSTOM
CRITICAL



FEIREXPO

PORTUGAL | ANGOLA | CAPE VERDE | MOZAMBIQUE | BRAZIL | MEXICO | SOUTH AFRICA

www.rangel.com

»»» SOLUÇÕES DE PERFORMANCE DURADOURA

PPG Protective & Marine Coatings



Presente em mais de 70 países e reconhecidos como líder mundial em tintas anticorrosivas e marítimas, a PPG tem como principal missão desenvolver revestimentos que se adequem às diferentes indústrias e protejam também os ambientes envolventes, nos quais os nossos clientes confiam há mais de 130 anos.

Proteção máxima para todos os mercados

Os nossos revestimentos protegem uma infinidade de Infraestruturas: edifícios civis, comerciais e de transporte, com uma oferta anticorrosivas e resistência à abrasão - resultando em períodos de serviço mais longos entre manutenções. Fomos, também, pioneiros em soluções de COV que são praticamente inodoras e, portanto, podem ser aplicadas enquanto os edifícios estiverem em funcionamento, sem prejudicar a saúde dos aplicadores.

A PPG é líder mundial em revestimentos marítimos. A chave para a manutenção eficaz no mar é a utilização de revestimentos de elevada qualidade, fácil aplicação e que garantem uma vida útil mais produtiva para a embarcação.

No mercado, existem muitas variáveis na operação de um navio, tais como: o custo do combustível, a atividade operacional, a velocidade do navio e as taxas, que exigem uma grande quantidade de decisões a serem tomadas de forma a otimizar o desempenho da embarcação.

Isso inclui a escolha do produto antivegetativo correto para a embarcação em nova construção e/ou manutenção. A fim de fornecer uma solução ideal para todos os cenários diferentes, a PPG oferece diferentes categorias de antifouling, que são agrupadas em torno de características de desempenho específicas projetadas para simplificar o processo de tomada de decisão.

Oferecemos uma gama completa de soluções de revestimento para todo o tipo de aplicações submarinas e Offshore. Os nossos

produtos oferecem excelente resistência química e proteção contra todos os tipos de corrosão do aço, incluindo danos causados por calor e outras condições atmosféricas adversas.

As refinarias e petroquímicas em todo o mundo confiam nos nossos revestimentos para proteger o aço estrutural e o betão contra os derramamentos de produtos químicos, poluição atmosférica, humidade e radiação ultravioleta. As nossas soluções inovadoras de revestimento de tanques também evitam a contaminação de uma ampla variedade de produtos químicos, petróleo bruto, biocombustíveis, água potável e produtos petrolíferos refinados.

As nossas soluções de revestimento duráveis suportam os produtores de Energia, fazendo com que as instalações e os equipamentos durem mais e trabalhem melhor, enquanto reduzem o tempo de inatividade e os custos de manutenção. Todos os nossos produtos atendem aos mais recentes padrões industriais e são certificados por laboratórios independentes e de acordo com as mais recentes normas.

Oferecemos uma gama completa de soluções adequada a vários graus de proteção passiva contra incêndio, condições climáticas de exposição e métodos de aplicação. Estes revestimentos intumescentes especializados cumprem o propósito vital de manter a estabilidade das estruturas de aço em caso de incêndio - limitando os danos aos ativos e salvando vidas, fornecendo o tempo extra necessário para que as pessoas escapem.

Para a infraestrutura civil, os nossos revestimentos PPG STEEL-GUARD™ fornecem proteção celulósica comprovada contra incêndio.

A nossa missão é a mesma em todas as indústrias e ambientes onde estamos presentes, em todo o mundo: fornecer soluções ideais para os proprietários de ativos, empreiteiros, fabricantes e aplicadores ajudando-os a enfrentar os desafios diários. ||

PPG Protective Coatings

Soluções para proteção contra a corrosão
e passiva contra incêndios

Gama de revestimentos que permitem salvar vidas e proteger os ativos
das indústrias e ambientes mais exigentes.



Visite www.dyrup.pt e saiba mais.



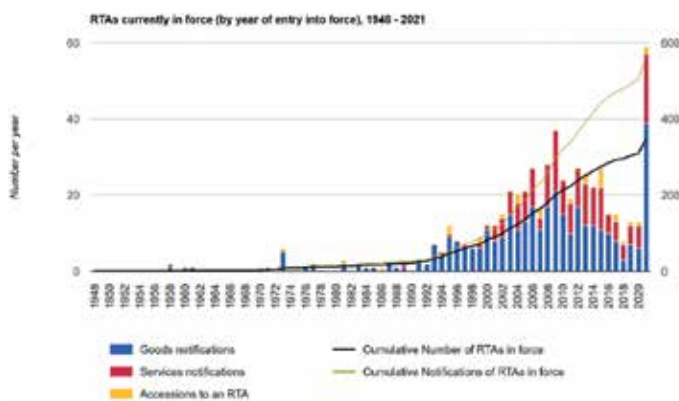
Exportar pode não ser fácil



ANTÓNIO PINTO RIBEIRO CONSULTOR ADUANEIRO E FISCAL / JOMATIR LOGISTICS

Vender para o mercado interno é “fácil”. Basta que haja um comprador (de preferência muitos) interessado no seu produto: não há fronteiras e por isso não há procedimentos aduaneiros nem barreiras ao comércio. Não será por acaso que Portugal vende cerca de 72% para o mercado da U.E!

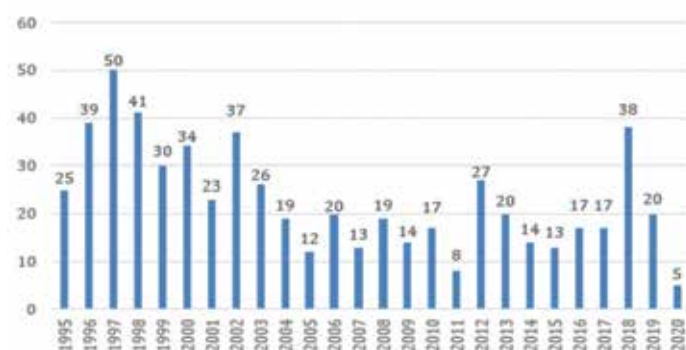
As coisas complicam-se quando se sai deste “conforto” para um mercado protecionista, pese embora as mais de três centenas de Acordos Comerciais Regionais celebrados pelos países membros da Organização Mundial do Comércio – OMC., [Figura 1].



Fonte: OMC

Lidos os ditos Acordos, parece tudo muito mais simples. Porém, dizem-nos os Organismos que regulam o comércio internacional que a realidade é um pouco mais complexa.

As discordâncias já são velhas e tanto assim é que no seio da OMC foi criado em devido tempo o DSB (Dispute Settlement Body) que recebe e trata (quando pode) os litígios entre países. Como se vê no gráfico seguinte, e não são poucos....

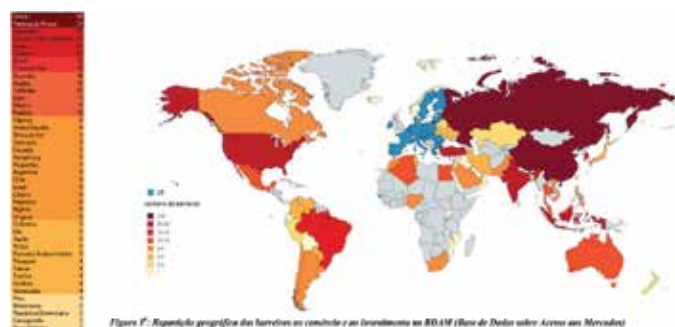


Fonte OMC

Consciente das barreiras, nem sempre legítimas, a U.E criou em 2007 a “Parceria de Acesso aos Mercados”, para aprofundar a cooperação entre a Comissão, os Estados-Membros e as empresas da UE, tanto em Bruxelas como em países terceiros.

Em 2019 elaborou um relatório que enviou ao Parlamento Europeu e ao Conselho sobre as Barreiras ao Comércio e ao Investimento - 1 de janeiro de 2019 - 31 de dezembro de 2019, dando conta do trabalho desenvolvido no sentido da sua eliminação.

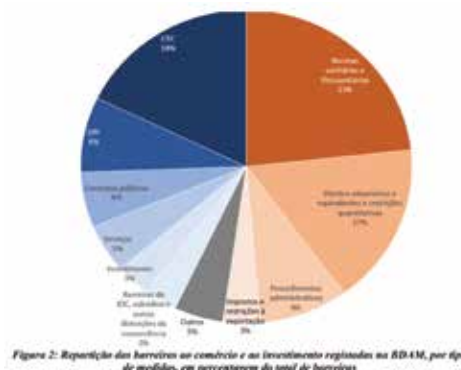
Como mostra a figura seguinte, retirada do referido relatório, há países que são “campeões” na construção de barreiras ao comércio.



Fonte U.E

E que abrangem os mais diversos tipos, das quais se destacam;

- Normas sanitárias e fitossanitárias – 23%;
- OTC – Obstáculos técnicos ao comércio – 18%;
- Diretos aduaneiros e equivalentes e restrições quantitativas – 17%.



Estimado leitor, se ainda não é exportador, e tem um bom produto, não desista de avançar para a internacionalização. Há Organismos Nacionais e Comunitários que o ajudam a “saltar” algumas dessas barreiras, e nós, modestamente, a colocar o seu produto, pelo menos, no porto de destino e a informá-lo das ditas barreiras no país de importação. ||

Principais impactos da COVID-19 no Grupo Sousa

PEDRO AMARAL FRAZÃO ADMINISTRADOR & CSO DO GRUPO SOUSA

A Covid-19 foi, e continua a ser, um grande desafio para o Grupo Sousa, tal como está a ser para muitas empresas e para as sociedades em geral.

No caso do Grupo Sousa, porque operamos em várias geografias e áreas de negócio, que se estendem desde o shipping, às operações portuárias, à logística, mas também à energia e ao turismo, a primeira prioridade foi, e continua a ser, proteger as nossas pessoas e, simultaneamente, garantir, sem disrupção, os compromissos para com os nossos clientes, fornecedores e parceiros.

É uma situação muito exigente, com várias incidências e, sobretudo, transversais a todo o Grupo Sousa. Dou alguns exemplos: Desde logo na área do shipping, para referir que cerca de 50 tripulantes dos nossos navios não puderam sair de bordo durante quase 6 meses, privados do convívio familiar e pessoal por um bem maior comum, garantir a continuidade das cadeias de abastecimento com as Regiões Autónomas, mas também com Cabo Verde e a Guiné-Bissau, onde aliás temos importantes quotas de mercado.

Os planos de rendições dos tripulantes também foram afetados, adiados, feitos testes COVID-19 ao embarque de cada novo tripulante, de modo a garantirmos a segurança sanitária a bordo dos navios, e sem quaisquer contactos de proximidade com os operadores portuários.

Por outro lado, também os operadores dos nossos terminais logísticos, os supervisores e operadores de gruas nos portos, os motoristas e ajudantes aos quais incumbe a distribuição capilar aos clientes finais, mas também os operadores da Unidade Autónoma de Gás Natural, todos asseguraram, sem interrupção, os seus serviços com enorme compromisso e espírito de missão.

Todos fomos sujeitos a novos procedimentos e rotinas de higienização e à utilização de equipamentos de proteção individual para além daqueles a que já estávamos habituados e obrigados a utilizar. Mas também fechámos hotéis, recorremos ao lay-off quando foi indispensável, e ao teletrabalho. Reforçámos as capacidades nas tecnologias de informação para o trabalho remoto, de capacitação para a eficiência e resposta aos requisitos das operações.



Apesar destes constrangimentos não deixámos de prosseguir o plano de investimentos definido antes da pandemia, seja na renovação da frota de contentores, plano iniciado em 2017 que representa um investimento com capitais próprios na ordem de 14 milhões de euros, mas também nos sistemas e tecnologias de informação, especialmente na interligação entre as várias áreas de negócio, que se funde e materializa na implementação do sistema SAP S/4HANA.

Mantivemos também de pé, e de alguma forma reforçámos, as iniciativas de sustentabilidade e responsabilidade corporativa.

Claro que fomos penalizados nos resultados, consequência de mantermos a regularidade dos navios a navegar, as cadeias logísticas de armazenagem e entregas aos clientes finais, mas também o fornecimento de gás natural à ilha da Madeira, tudo isto num quadro geral de suspensão de atividades e redução do consumo, encerramento de empresas e aumento do desemprego.

A verdade é que conseguimos superar as exigências desta pandemia, honrando o compromisso com as nossas pessoas, com clientes, fornecedores e parceiros, com a indispensável dedicação de todos. Sobre o futuro próximo, contamos com a progressiva estabilização do consumo à medida que os planos de vacinação se venham a concretizar. A médio e longo prazo perfilam-se muito provavelmente alterações nos perfis de consumo para os quais devemos estar preparados, antecipando as tendências para correspondermos às dinâmicas dos mercados onde operamos, com a mesma determinação e resiliência que estão na base do ADN do Grupo Sousa formado há já 35 anos. ||



SOLUÇÕES GLOBAIS DE CARGA
PARA PORTUGAL CONTINENTAL,
AÇORES, MADEIRA, CANÁRIAS,
CABO VERDE E GUINÉ-BISSAU



www.gslines.pt



395 milhões €

com garantia do Estado
para as empresas
exportadoras.

A COSEC protocolou com o Estado português distribuir 395M €, de um total de 750M € da Facilidade de Curto Prazo OCDE 2020, red denominada **Facilidade EXPORTAÇÃO SEGURA 2021**, solução prorrogada para vigorar até 30 de junho de 2021.

Esta Linha de Apoio pública destina-se a incentivar as exportações realizadas com seguro de créditos, permitindo **incrementar até 1,5 vezes** com garantia do Estado, através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, **o valor das coberturas das vendas a crédito** concedidas pela COSEC.

Saiba mais em www.cosec.pt